



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0001/06	DATA: 9/1/2006
INÍCIO: 15h19min	TÉRMINO: 17h48min	DURAÇÃO: 02h29min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h29min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Testemunha arrolada pelo Deputado Pedro Corrêa, Representado no Processo nº 13, de 2005.

SUMÁRIO: Debates sobre assuntos administrativos com os Relatores e consultores. Apreciação de requerimentos e tomada de depoimento do Dr. Paulo Goyaz Alves da Silva, testemunha arrolada pelo Deputado Pedro Corrêa, Representado no Processo nº 13, de 2005.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados da 4ª Sessão Legislativa e 78ª reunião de março até agora.

Srs. Deputados, Expediente.

Correspondência recebida: do Ministro Hélio Costa, Ministro das Comunicações, encaminhando respostas às perguntas feitas por escrito pelo Deputado Jairo Carneiro e pelo advogado do Representado, Deputado João Magno; do Deputado Vadão Gomes, informando que a testemunha Carlos Eduardo Navarro Rodrigues está à disposição para ser inquirida; do Departamento de Polícia Federal, encaminhando cópia do depoimento prestado pelo Sr. Valmir Campos Crepaldi; Ofício nº 2, de 2006, do Deputado Mário Negromonte, solicitando adiamento do seu depoimento marcado para o dia de hoje, em virtude de convite do Governador do Estado da Bahia — nós remarcamos essa oitiva para o próximo dia 11, às 10h da manhã —, do Ministério Público, encaminhando informações sobre as empresas SMP&B, 2S Participações, Grafite e DNA com a *offshore* Trade Link Bank, a respeito de operação de doleiros ou da conta da Beacon Hill investigada pela CPMI do BANESTADO; Ofício nº 3.019, de 2005, do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, enviando cópia dos depoimentos da Sra. Simone Reis de Vasconcelos nas CPMIs de Compra de Votos e dos Correios; *fax* encaminhado pelo Deputado Jairo Carneiro, comunicando convite para participar da solenidade de posse da nova provedoria biênio 2000... dentro da qual lhe será prestada uma homenagem de reconhecimento e mérito por suas ações, que de forma relevante contribuíram para o atual estágio de desenvolvimento da instituição, e requerimento do Deputado Wanderval Santos, Representado no Processo nº 18, de 2005, solicitando juntada aos autos dos extratos bancários de suas contas e intercessão deste Conselho junto à empresa de telefonia móvel Vivo para prestação no atendimento à solicitação feita pelo Representado.

Eu gostaria também de lembrar a todos que amanhã, dia 10, às 15h, teremos a seguinte pauta: oitiva dos Srs. Nilmário Miranda e Dom Lelis Lara, testemunhas arroladas pelo Deputado João Magno, Representado no Processo nº 8, de 2005, cujo Relator é o Deputado Jairo Carneiro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Às 15h.

Srs. Deputados, antes de iniciar a Ordem do Dia, eu gostaria de, com grande satisfação, anunciar a presença de 2 ilustres Deputados que estavam com problemas: o Deputado Josias Quintal, que, graças a Deus, já está recuperado e voltou ao trabalho, e o Deputado Nelson Trad, que foi operado da vista 4 dias atrás, mas já está aqui presente para participar conosco desta reunião.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu deixei por último a Deputada Ann Pontes, nossa colega, que também fez uma cirurgia, mas está se recuperando e já está aqui presente hoje, participando conosco. Os nossos agradecimentos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu estou preocupado com isso. Será que são as pressões?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Saúdo também esses colegas que, no exercício do mandato, sofreram tantos problemas de saúde, mas já estão bem. A Deputada vai estar falando cada vez melhor, a Deputada Ann. O Deputado Josias teve um problema de coração, e eu não vou dizer que ele vai estar amando cada vez melhor, porque senão nós ficaremos inferiorizados. E o Deputado Nelson Trad continuará agudo no seu olhar.

Mas, Presidente, o senhor expôs aqui situações da rotina do Conselho. Uma testemunha não pode vir no dia apazado, passou para o dia 11. Algumas instruções processuais serão encerradas. Eu quero externar aqui a minha profunda indignação com tudo o que aconteceu, do ponto de vista da opinião pública, do dia 23 de dezembro, quando encerramos os nossos trabalhos de plenário deste Conselho, até hoje.

O vilão desta convocação extraordinária, abusiva nos gastos, bizarra na fórmula — há uma parte inicial que não é plena, é faz-de-conta talvez, e depois começa no dia 16 — e pretensiosa na pauta, com seus 95 projetos; o vilão da



história ficou sendo o Conselho de Ética, até agora: nos demos férias, fomos dormir... Qualquer um que relata processo trabalhou muito, e todos nós fizemos trabalhos dentro da nossa atribuição. Agora, por exemplo, o Deputado Carlos Sampaio, diligente como sempre, encerra sua instrução quarta-feira, do caso que ele relata. Para o relatório ser discutido aqui em plenário, salvo melhor juízo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É isso mesmo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... serão necessárias 5 sessões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Cinco sessões no plenário.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...ordinárias no plenário. E ouvi, inclusive, o Presidente da Casa, volta e meia, dizer, primeiro, que vai descontar de Deputado que não aparecer nesse período. Não sei como, porque eu não sabia que a presença é contada no registro de portaria. Os jornais fizeram matéria dizendo que semana passada 433 ganharam 433 por dia sem trabalhar. Então é um desgaste que depõe contra a inteligência de Líderes e dos Presidentes do Senado e da Câmara, que convocaram dessa maneira a sessão extraordinária. Podia, no dia 2, estar começando plenamente aqui; podia, no dia 9, estar começando tudo. Podíamos ter tido uma produtividade legislativa boa no ano que passou. Podíamos ter um recesso menor — esse projeto está engavetado há anos. E a culpa virou do Conselho de Ética. Como dizem lá na minha terra, é brincadeira, hein? Eu fiquei muito chateado, e acho que agora a gente vai trabalhar. Vamos ver se a gente encerra vários processos. Ficamos esperando.

Vamos lá! Sessão ordinária, doutores!

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Um minutinho só, por favor, Deputado.

Eu gostaria de esclarecer a V.Exas., e todos estão de prova aqui, que desde o começo nós solicitávamos uma autoconvocação não-remunerada. Agora, o importante de tudo é o seguinte. V.Exa. acabou de dizer que o vilão foi o Conselho de Ética, e não é verdade. Nós queríamos esta autoconvocação plena, ampla, para todos, inclusive para o Plenário. Hoje eu tenho aqui diversos Relatores que vão me apresentar os seus pareceres prontos. Hoje, amanhã, depois de amanhã. Tenho certeza absoluta de que este Conselho de Ética deve terminar os seus processos,



pelo menos 6 a 8 processos, na convocação extraordinária. Nós não paramos 1 minuto. Na semana passada me reuni com 3 Relatores. Os Relatores levaram seus processos para casa, para estudar. Na realidade, o que está acontecendo aqui? O trabalho não é só aqui, no plenário. A única preocupação nossa é que nós dependemos dos prazos do plenário. Os Relatores vão me entregar os processos hoje, e eu vou segurar esses processos até o dia 16, para começar a contar 5 sessões, para, depois, colocá-los em discussão e votação com os senhores membros do Conselho.

A realidade é uma só: o que nós pedimos não foi atendido. E veio esta convocação. Vou ser franco com os senhores todos: eu soube da convocação desta forma pela imprensa. Não fomos avisados. E alguns jornais estão dizendo que nós pressionamos. Eu não sabia que nós tínhamos tanta força para convocar o Congresso Nacional.

Então, eu gostaria de esclarecer que em momento algum nós paramos de trabalhar. E vamos continuar trabalhando. Vamos dar uma satisfação a toda a sociedade brasileira, agora, na convocação extraordinária.

Eu fico muito feliz porque foi a imprensa que anunciou que o órgão que mais trabalhou no ano passado no Congresso Nacional foi o Conselho de Ética. E vamos continuar trabalhando nesse ritmo, exatamente nesse ritmo, agora na convocação extraordinária e posteriormente.

Sr. Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, inicialmente, eu quero que todos aqui presentes neste Conselho, o pessoal da imprensa, da Administração, tenham tido um feliz Natal, com muita paz, e igualmente desejo um 2006 com muita saúde para todos nós.

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha primeira intervenção na Câmara no ano de 2006 fosse para trazer boas notícias — que a geração de emprego aumentou, que não existe miserável no Brasil mais, que não há mais político corrupto — mas infelizmente, Sr. Presidente, infelizmente, nós temos de dar nome aos bois. Se não a minha irritação, pelo menos os senhores e senhoras me permitam esta ponderação que eu vou fazer, porque a imprensa tem me cobrado.

Outro dia, Deputado Chico Alencar, eu peguei 2 órgãos de imprensa muito



importantes e falei: *“Puxa vida, o Edmar está ficando famoso mesmo.”* Colocaram o meu nome lá no meio, mas foi uma inverdade, e a única tribuna que eu tenho nesta Casa, afora o plenário, mas no Conselho de Ética, é esta tribuna aqui. Então, eu quero fazer algumas ponderações.

Primeiro, V.Exa. sabe o respeito e a admiração que eu tenho por V.Exa., e o senhor está muito bonzinho para o meu gosto. O Conselho de Ética virou “Geni”, virou “Geni”, literalmente. Desculpem, desculpem. Esta famigerada, esta farsa desta convocação extraordinária — deixem lá os adjetivos que podem ser agrupados a este adjetivo —, esta convocação extraordinária, Sr. Presidente, ela assombra, ela perambula pelos corredores da Câmara, nos gabinetes, nas dependências da Câmara, como se fosse um zumbi acompanhado de uma mula-sem-cabeça. Por quê? Porque o zumbi não tem digital. Pela crônica que eu já vi do zumbi — esses que são ligados a essas histórias aí —, o zumbi não tem digital. E a mula-sem-cabeça, pela própria definição, ela não pensa, não pensa.

Então, está na hora, Sr. Presidente, de alguém assumir a paternidade da desonestidade que foi esta convocação extraordinária. Porque quem tem de fazer convocação extraordinária, Deputado Chico Alencar, é o Plenário do Congresso Nacional. Excepcionalizando a pessoa do Presidente da República, que pode fazê-lo, somos nós, porque nós é que sabemos da necessidade de se convocarem extraordinariamente os nossos trabalhos ou não.

Então, quiseram que o Edmar viesse aqui. Pois bem. Eu não vou participar desta farsa. Eu tive a oportunidade de falar com a imprensa. Para o Edmar ser fotografado no Salão Verde, lá no cafezinho, para fazer número, para consubstanciar, para ratificar uma farsa, eu não vim, eu não vim. E cada um que faça aí a sua reflexão e me julgue.

Eu estive aqui até na última reunião do Conselho, ou na penúltima reunião do Conselho, e, Sr. Presidente, eu me acautelei por escrito. Consta da ata deste Conselho. Eu recebi o meu o processo. Isso a imprensa não noticia. Às vezes, a imprensa noticia inverdades, não é, Fábio? Às vezes, noticia inverdades.

Então, eu fui sorteado para relatar o processo do Deputado José Mentor, Deputado Cezar Schirmer, no dia 19 de outubro. A conta é muito fácil: dia 16 de novembro, menos de 1 mês depois, eu apresentei a este Plenário o meu



cronograma, para encerrar os meus trabalhos, com relatório e voto, em 8 de dezembro de 2005. Apresentei. V.Exa. é testemunha disso. Meu dever de casa estava pronto e acabado. O senhor sabe que nós não temos condições de pegar ninguém a força, sob vara: *“Esteja preso, venha ao Conselho de Ética e você vai depor.”* O senhor foi testemunha de que o Representado... Na sua sala, nós concordamos 3 vezes com o adiamento da oitiva dele, por “n” razões, ora do advogado, ora dele próprio, ora não sei de quem.

Então, não pode ser imputada a este Conselho e a este Relator qualquer protelação ou qualquer morosidade no sentido de o relatório estar pronto ou não.

Outra coisa que nós precisamos entender, Deputado Marcelo Ortiz: nós não estamos aqui numa linha de produção em que se coloca o capado numa banda e, no outro lado, sai a lingüiça. Nós estamos decidindo, o Relator, sobre a sorte, sobre a moral, sobre a dignidade, sobre o destino político de um companheiro. Não é tão fácil assim, se bem, e ainda bem, que a decisão é colegiada.

O Deputado Chico Alencar teve a felicidade — felicidade, não, a competência — de dizer *“a minha Relatoria...”*. Exatamente. E não adianta, o nosso voto é colocado aí, para que o Conselho ratifique ou não ratifique esse voto.

Então, Sr. Presidente, como é que nós vamos ouvir...? O senhor já falou exaustivamente, mas eu vou repeti-lo. De que adianta apresentar o relatório esta semana ou semana que vem, se nós não vamos poder cumprir o interstício? Não há painel. Que história é essa? Se isto aqui fosse empresa, se se ganhasse por produção, estava todo mundo falido. Que história é essa? Que engodo é esse? Vão enganar mais a quem? Ninguém quer assumir a responsabilidade. Ninguém quer enfiar essa carapuça.

Eu estou vendo muita gente devolver dinheiro. Não os condeno, mas existem formas e formas de devolução. Outro dia eu acertei na mosca em 3. Se um cidadão de um determinado Estado ou cidade devolve, o outro fica na expectativa: *“Eu vou devolver também, porque o meu adversário político devolveu”*. Não quero, absolutamente, mensurar ou fazer juízo de ninguém que está devolvendo. Faço uma proposta a este Conselho de Ética, Sr. Presidente: vamos propor à Presidência da Câmara que todos nós, que os 513 Deputados devolvam, se possível. Vamos fazer isso por escrito. Mas, não, para o Governo. A ressalva: não para o Governo. Vamos



selecionar instituições de menores, asilos, APAEs, Santas Casas etc. etc., proporcionalmente a cada Estado, por exemplo.

Quero terminar, Sr. Presidente, mas isso aqui está encravado.

Minas Gerais. São 53 Deputados. Vamos lá, mas vamos fazer chamada no microfone de apartes. *“Deputado Edmar Moreira, você fica com a grana ou devolve?”* Essa demagogia... Tem uns aí que ainda têm outro esquema. Nós sabemos, Deputado Moroni Torgan, que há instituições que, infelizmente, o Deputado faz uma doação com recibo de 15, mas ele só entrega 2%, 1,5%. Não estou fazendo juízo de ninguém, mas nós já vimos esse filme antes. Estou falando. Falo, escrevo e assino.

Então, Sr. Presidente, não aceito. O meu dinheiro está na conta corrente. Vamos devolver? Vamos devolver. Agora, com demagogia, com politicagem, não. Me insurgi, desde o início, contra esta famigerada, esta desonesta, esta incompetente convocação extraordinária. Isso foi um passa-moleque no povo brasileiro, e nós é que nos expomos, nós é que temos de justificar o injustificável.

Então, Sr. Presidente, relativamente ao meu processo, eu tenho condições de relatá-lo e apresentar o voto 24 horas após a oitiva do Representado, que é S.Exa. o Deputado José Mentor. Agora, eu não tenho condições de trazê-lo aqui a força, sob vara, sob pressão ou coercitivamente. E, ainda que tivesse, eu não iria fazê-lo, porque eu não fui eleito para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, eu sugiro a data de 17 deste mês para a oitiva do Deputado José Mentor.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu tenho que ver o calendário, porque pode ser um domingo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É terça-feira. V.Exa. concorda?

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, nós vamos notificar o Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Terça-feira.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Terça-feira? Quarta-feira eu lhe apresento o relatório e o voto, para ficar no escaninho, na prateleira, porque, se alguém pedir vista, só depois de 16 de fevereiro. Aí é que está a mentira. Isso o senhor, como Presidente deste Conselho, tem de falar com a imprensa. A imprensa tem de publicar isso, porque o ônus...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, só para esclarecer.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Presidente, o ônus desta convocação extraordinária, bem o disse o Deputado Chico Alencar, está sendo nosso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, eu já alertei a todos os senhores e alertei inclusive a Mesa da Câmara que, entregue o relatório, nós vamos ter de esperar 5 sessões de plenário. Então, a partir de segunda-feira podemos contar. Se V.Exa. permitir, nós podemos convocar o Deputado Mentor para o dia 17, terça-feira, ou 18, quarta-feira. V.Exa. nos entregará o relatório e já poderemos contar imediatamente as 5 sessões, para poder ler, discutir e votar aqui no Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, para encerrar, eu não admito ser cobrado por uma incompetência coletiva com que eu não concordei.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, a Deputada Ângela.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, Sr. Presidente, uma questão de ordem só para eu me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ah, pois não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, quanto a essa questão da convocação extraordinária eu fico muito tranqüila, porque o Partido dos Trabalhadores, o tempo todo, foi contrário à convocação e, ao mesmo tempo, tem projetos de lei que modificam o nosso calendário. Então, eu estou muito tranqüila em relação a isso. Concordo que é uma demagogia o que alguns Deputados estão fazendo, porque o processo mais fácil é mudar a lei. A lei, nós temos a capacidade de fazê-la. Então mudemos a lei, e aí vai ser de acordo com o que a lei determina.



Eu queria colocar, Sr. Presidente, uma outra situação. O senhor nos apresentou um processo de andamento, a situação atualizada de cada um dos processos dos Representados. O terceiro da listagem que o senhor nos apresentou é exatamente aquele que compete a mim fazer o relatório, Deputado José Janene, que, como está escrito aqui, foi notificado no dia 15 do 12, o último dia que nós tivemos sessão e que o plenário teve votação, ou que houve presença no plenário. Pelo que a... Quinze de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A última reunião nossa foi dia 23.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Foi dia 23, mas falo do plenário, não nossa. Do plenário.

Então, pelo que consta no Regimento deste Conselho, depois de ser intimado o Deputado Representado, ele tem 5 dias para apresentar a sua defesa. Depois disso, o Deputado Relator é que vai apresentar a documentação, mostrando quem são as testemunhas que ele vai arrolar, as que foram arroladas pelo Representado, para montarmos, em conjunto com a Presidência, a oitiva dessas testemunhas, e, depois, então, apresentar o relatório.

Entretanto, o *Painel da Folha* de ontem sai com uma nota muito deselegante, para não dizer inverídica ou outras palavras mais fortes: *“Não há quem faça a petista Angela Guadagnin, incansável defensora de José Dirceu, mover palha no processo de cassação do José Janene, do qual a deputada é relatora “Guadagnin insiste em só levar adiante o processo depois de apresentada a defesa prévia de Janene.”* Bom, não sou eu que insisto. Eu insisto em cumprir a lei. O nosso Conselho, o nosso Regimento determina isso. Então, não sou eu que insisto. Mas fica, conforme ficam falando, ficam dizendo que eu estou protelando, prorrogando, agindo de má-fé. Continuo lendo o que está escrito: *“Com isso, o expoente do mensalão não deverá ter seu caso analisado pelo Conselho de Ética”*.

Então, eu queria fazer essa manifestação aqui para que a *Folha de S.Paulo* — não sei se tem algum jornalista da *Folha* presente, mas já fiz contato com o *Painel* — retifique, porque a forma como está falando é, no mínimo, “inverdadeira”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria dizer a V.Exa. que o prazo do Deputado José Janene, de 5 sessões, começa a contar a partir de segunda-feira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, eu fiz uma proposta a V.Exa. O senhor pode até não levá-la em consideração, mas eu gostaria de uma resposta. É sobre a devolução do dinheiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu vou fazer uma proposta paralela.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu fiz uma proposta, para que se fizesse uma proposta ao Presidente da Casa, para que a chamada nominal... É democrático. O voto aqui no Conselho de Ética é aberto. Por que lá não pode ser? Para que cada um, democraticamente, devolva ou não o dinheiro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, só uma correção. A Minha palavra foi “inverdadeira”, mas fui corrigida pelo nobre colega aqui, porque é mendaz a minha palavra em relação ao jornalista do *Painel da Folha*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, quero saudá-lo e saudar os companheiros aqui do Conselho, essa presença nossa talvez justificada pelo trabalho do Conselho, que foi o órgão que mais trabalhou em 2005, mas talvez seja desnecessária, por a convocação extraordinária efetivamente só se iniciar no próximo dia 16.

Como bem disse V.Exa. e o Deputado Chico, com as suas palavras, e com a revolta compreensível do Deputado Edmar Moreira, nós não podemos terminar nenhuma instrução, porque o término de alguma instrução ou até a votação ensinaria a contagem de sessões de plenário, que não estão acontecendo. Por isso a desnecessidade e a inoportunidade desta convocação extraordinária.

Eu falo, Sr. Presidente, e pedi a palavra pela ordem como quem viveu em 2005 todos os tipos de artifícios protelatórios de um processo. E tenho aqui pelo menos outros 10 colegas Relatores em processos que podem, depois da palavra do depoente, Deputado Edmar, que é obrigatória no processo... V.Exa. tem que oficialmente encerrar a instrução. A partir daí, contam-se até 5 sessões de plenário.



Mas tem que ocorrer pelo menos uma sessão no plenário para que a gente possa votar algum processo aqui no Conselho de Ética.

Estou falando isso, Sr. Presidente, porque, no ano passado, V.Exa., com a presença de efetivamente todos os membros deste Conselho, até daqueles que regimentalmente participaram com atitudes protelatórias... Eu disse lá fora, falei que brincaria, porque a Deputada Angela, no meu processo, pediu vista 3 ou 4 vezes, regimentalmente, porque tivemos, com a decisão do Supremo, de refazê-lo e tudo.

Digo isso porque tem gente que acha, Sr. Presidente, que não houve algo estranho que aconteceu aqui nesta Casa nos anos de 2003 e 2004 e que ensejou a crise de 2005. Tem gente que fecha os olhos, Sr. Presidente, porque nós estamos em 2006, e acha que tivemos um pesadelo. Não foi um pesadelo, foi uma realidade triste para esta Casa, para o Congresso Nacional, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, que tiveram relações promíscuas, sim. Porque, se não tivesse havido o repasse de recursos que o jargão tradicional chama de “mensalão” e que nós chamamos de “governabilidade”, de “amor remunerado”, de “repasses periódicos” e de “passamento de pesquisas”, nós não teríamos trabalho no Conselho de Ética, Sr. Presidente, e nem teria a justificativa de estar se imputando ao Conselho de Ética a necessidade da convocação extraordinária.

Se alguém diz que não houve nada em 2005 nesta Casa, que não houve repasse de recursos a Parlamentares, não teria necessidade de ter tido a convocação, porque o Conselho de Ética não estaria funcionando, porque nós não estaríamos representando contra ninguém, Sr. Presidente. Só estamos tendo este trabalho redobrado porque houve algo diferenciado nesta Casa e que é importante que seja rebatido principalmente pelo Conselho de Ética, que é o órgão revisor da atitude parlamentar de decoro dos colegas Parlamentares, sob pena de não se restaurar a dignidade desta Casa.

O Deputado Edmar falou rapidamente, e o Deputado Chico Alencar também colocou que são 95 os projetos pretensiosos colocados para a convocação, que se inicia para efeito de plenário — porque vão aparecer, com medo de corte no ponto — na próxima segunda-feira, Sr. Presidente, venho pedir a V.Exa., diferentemente do Deputado Edmar, que este Conselho possa aprovar — é uma sugestão diferenciada —, como proposta do Conselho de Ética, que coloquemos na primeira



semana dos itens da pauta, a votação da extinção da convocação extraordinária, como projeto de resolução o primeiro item da pauta. Essa pode ser uma proposta do Conselho de Ética. Porque, demagogicamente, com hipocrisia ou não, porque cada um faz... Aquele que faz a doação para uma entidade, repassando cheque com fotografia, está fazendo política com dinheiro do mesmo jeito; daquele que faz anonimamente, pode-se dizer que não está fazendo, porque está fazendo o bem sem olhar a quem. E muitos estão fazendo. Agora, a maior atitude, para não ser demagógica ou hipócrita, mas para não ser nada, é este Conselho de Ética, nós aqui aprovamos, como recomendação do Conselho de Ética ao Plenário da Casa, projeto de resolução que extingue a convocação extraordinária e que reduz o recesso parlamentar. É uma atitude que o Conselho pode dar potente, neste dia, uma atitude frutífera, para termos resultados. Essa é a postura do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados para restaurar a dignidade da nossa Casa.

É a proposta que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados do Conselho de Ética, primeiro, acredito que a proposta do Deputado Júlio é coerente. Deveríamos realmente pensar, ponderar e colocá-la em prática. Em segundo lugar, acho também que, muitas vezes, estamos malhando um ferro já malhado muitas vezes. O que interessa é que no dia 9 foi convocada uma reunião com os Relatores. Os Relatores estão aqui com V.Exa., Sr. Presidente, presentes. Não estão aqui porque vão ser descontados ou coisa parecida, porque não seríamos descontados se não estivéssemos aqui. E estamos aqui com o senhor para prestar contas ao senhor e à sociedade do trabalho que estamos fazendo. Todos nós dependemos de vários mecanismos investigatórios que, muitas vezes, ficam emperrados e temos limitações investigatórias.

Assim mesmo, queremos continuar. Eu mesmo estou no aguardo de alguns procedimentos. Mas, já na semana que vem, vamos ouvir as testemunhas e vamos encerrar do jeito que pudermos encerrar. Temos essas limitações, infelizmente. Não podemos fazer coercitivamente o chamamento de testemunhas, o chamamento de



documentações ao processo. Não podemos. Dependemos da boa vontade de terceiros e, muitas vezes, essa boa vontade não acontece.

O que quero dizer, e aí é o fato a ressaltar, é que nós estamos aqui praticamente com todos os Relatores prontos para falar com V.Exa., dizer das nossas necessidades e colocarmos nos trilhos todos os procedimentos. Eles já estão, só vamos dar continuidade.

Todos sabem que a convocação extraordinária começa quando tem painel. Isso todo mundo sabe: os Parlamentares sabem, a imprensa sabe, os Presidentes sabem. Então, qualquer outra coisa é demagogia. O painel é aberto. Ali começa a convocação extraordinária. Isso é normal, é natural. Porque não há como descontar qualquer bônus dos Deputados se não for com o painel aberto. Ele tem de estar aberto para haver qualquer tipo de desconto. No entanto, tivemos aqui vários companheiros do Conselho de Ética — como eu estive na semana passada e outros companheiros aqui estiveram semana passada —, sem painel, sem coisa nenhuma, como agora estamos aqui.

O que o povo quer saber é se estamos fazendo todo o possível no que nos foi dado como responsabilidade. Tenho a tranquilidade de dizer: nós, do Conselho de Ética, estamos fazendo todo o possível, estamos fazendo. Dependemos agora do quê? Do Plenário. E os 2 Presidentes, o da Câmara e o do Senado Federal, sabem que o plenário só começa segunda-feira. Tudo o que podemos adiantar, fazer antes, estamos adiantando. Mas só vamos colocar em prática o processo, dar continuidade e andamento, a partir do plenário. Porque todos os prazos deste Conselho são contados a partir do plenário. Então, vamos parar de tentar justificar ou coisa parecida. Não. O que posso dizer é o seguinte: não me interessa aqueles que não fazem; nós estamos fazendo.

Estamos aqui fazendo valer o nosso mandato e a nossa representatividade, capitaneados por V.Exa. E posso dizer que tenho muito orgulho de ser deste Conselho de Ética.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado, Sr. Presidente.



Queria, inicialmente, cumprimentar todos os companheiros e as companheiras aqui do Conselho de Ética, desejando um 2006 promissor para todos nós, e cumprimentar também toda a imprensa.

Queria dizer que sei da irritação e da angústia de alguns companheiros, porque a imprensa, o tempo todo, desde a convocação extraordinária até agora, tem batido sistematicamente no Conselho de Ética. É o papel da imprensa. Eu estou muito tranqüilo, porque no período que antecedeu ao recesso, eu defendi claramente no Conselho — está nas atas do Conselho —, porque eu era contra a convocação, até porque eu sabia que essa convocação de 16 de dezembro em diante resultaria, até no dia de hoje, em impossibilidade de funcionamento do Conselho. Entretanto, dizia, já àquela época, que o Conselho seria o grande bode expiatório. E houve quem defendesse inclusive a convocação do Conselho. Eu achava — e acho ainda —, que foi um desastre convocar o Conselho, mas as 2 Presidências entenderam que era uma boa justificativa a convocação extraordinária, utilizando o Conselho e as CPMIs. Então, eu acho que a imprensa cumpre o papel dela, de dizer que os Deputados estão recebendo, sim, para a convocação extraordinária, que foi convocada, e não está havendo funcionamento. Eu acho que o equívoco foi de quem convocou. Deveria convocar a partir do dia 16, quis justificar o injustificável, acabou sobrando para o Conselho de Ética.

Por outro lado, eu queria só fazer um reparo, Sr. Presidente, nesse relatório, no caso Pedro Henry. Aqui diz: *“Última ação: aguarda o Relator”*. Não, o Relator é que está aguardando que as 2 testemunhas sejam notificadas para vir prestar depoimento. Eu não tenho possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. sabe que uma das testemunhas é o Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não há possibilidade de trazê-lo para cá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, não estamos aguardando o Relator, estamos aguardando que as testemunhas compareçam, não é? Então, queria fazer esse reparo. Porque dá a entender que o processo está



parado porque o Relator não está fazendo nada. Então, eu queria fazer esse reparo. Porque isso aqui a imprensa vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, vamos retificar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ... a imprensa vai ter acesso, e... Fui ouvido, nessa semana que passou, por 2 órgãos de imprensa, dizendo que nós íamos chegar aqui hoje e receber um ultimato do Presidente. Eu disse: "Olha, o Presidente não vai dar um ultimato em nós, porque o Presidente sabe que nós estamos trabalhando". Se a testemunha não comparece — como já bem disse o Deputado Edmar —, nós não temos poder de coerção. Então, eu não posso... não vou aceitar nenhum tipo de ultimato até porque eu dependo do próprio Conselho fazer com que as testemunhas compareçam.

Então, o processo do Deputado Pedro Henry não aguarda o Relator, o processo do Deputado Pedro Henry aguarda a oitiva de 2 Deputados: José Janene — como V.Exa. já explicou —, e Deputado Robson Tuma. E nós já acertamos que ele seria ouvido de forma reservada no Conselho. Então, enquanto não ouvir, eu não tenho... não é o Relator que toma a decisão.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma manifestação: desde a primeira convocação extraordinária, eu me recuso a receber. Não o faço por demagogia, eu não recebo e não faço uma doação a nenhuma entidade, eu envio uma correspondência à Presidência da Casa, dizendo que me recuso a receber esses recursos. É uma questão de foro íntimo. Respeito aqueles que recebem e espero ser respeitado no meu posicionamento. Não quero ser tratado como demagogo, não fiz nenhuma publicidade, muito pelo contrário, encaminhei a correspondência à Direção da Casa. Se houve divulgação não foi da minha parte. Agora, desde a primeira manifestação de convocação, nós solicitamos que fosse pautado inclusive o projeto do então Deputado José Genoíno, que propunha a redução do recesso parlamentar e acabava, de uma vez por todas, com esse pagamento. Agora, enquanto não se vota, eu acho que não é justo e, portanto, enquanto não se aprova, porque não depende única e exclusivamente da minha vontade, até se aprovar, eu vou continuar solicitando que esses recursos não sejam depositados na minha conta corrente — e não por uma questão de demagogia, mas



por uma questão de foro íntimo, uma questão de concepção, respeitando os Deputados e Deputadas que têm outra visão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, ainda há 3 Deputados inscritos para questão de ordem, mas lembro a V.Exas. que teremos a Ordem do Dia ainda hoje.

Concedo a palavra rapidamente ao Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, quero apenas reforçar e fazer um apelo ao Deputado Edmar. Em vez de ficarmos nessa briga dos que recebem, dos que nunca recebem, dos que pediram para abrir mão dessa remuneração extra até 30 de dezembro e dos que foram depois. Isso tudo é uma questão menor. O princípio republicano é o da isonomia, da lei que iguala todos, pelo menos, em tese. Portanto, Deputado Edmar, a aferição do espírito público de cada um não vai se dar pela lista da Câmara que, aliás, supera largamente a do Senado, que é bem protegido pela imprensa. Li a manchete do jornal *O Globo* de ontem que dizia o seguinte: *“Deputados recebem 433 por dia sem trabalhar”*. Senadores não recebem? No fim do ano, o jornal *O Estado de S.Paulo* dizia: *“Primeira parcela da grana extra dos Deputados sai hoje”*. E os Senadores? Mas, tudo bem. São outros quinhentos.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Lá é tudo azul, Chico, lá é tudo azul!

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É, Câmara alta, lordes, são mais... Mas eu acho que a crítica da imprensa é muito boa, é muito boa. Inclusive, a pressão da opinião pública acaba se viabilizando através dela, porque temos de fazer autocrítica e rever procedimentos. Temos uma chance única, singular — e, se não for agora, nunca será —, de acabar com aquilo que, creio, senão todos, a maioria deste Conselho considera, mesmo sendo legal, não muito legítimo: a remuneração adicional para recorrentes convocações extraordinárias. Temos de ganhar bem. Esse adicional é de lei, mas muitos consideram indefensável, ilegítimo, e têm a tradição, como o Deputado Fantazzini, e eu me inscrevo entre esses, de abrir mão. Isso não é para fazer benemerência ou levar chequinho; isso tudo é, sim, demagogia.

Mas, a solução é isonômica.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Deputado Chico, só uma curiosidade. Quando vocês devolviam, o PT descontava?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, não, o dinheiro não entra. Você faz um ofício à Mesa Diretora, e o dinheiro sequer entra na sua conta. Aqueles que fazem o ofício a tempo são atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, encerre, por favor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Encerrando...

(Intervenção fora do microfone. inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Andaram cogitando isso. Deputado Edmar, creio que a proposta do Deputado Júlio é a mais correta. Este Conselho, formalmente, oficia junto à Presidência da Câmara e, conseqüentemente, à do Senado, para que o primeiro projeto — e constar da pauta é pouco — da convocação extraordinária seja o projeto de resolução do Deputado Raul Jungmann, que retira essa remuneração adicional. Assim, cada qual vota conforme determinar sua consciência. O que, aliás, é outro absurdo: “*Vou votar de acordo com minha consciência...*” Deve ser sempre assim, não é? Ou será que em algum momento você vota contra a sua consciência? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, apenas uma questão, aliás, é mais um reparo. Aqui no relatório consta que há as testemunhas Marcos Valério e Delúbio Soares no caso Pedro Henry, e não há. Não foram arroladas essas testemunhas. Isso é só para constar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de cumprimentá-los pelo ano que passou e desejar que tenhamos um ano menos tumultuado que o anterior. Dizendo isso, quero lembrar o seguinte: quanto a esse problema da convocação, aqui bastante discutido, teríamos de reafirmar o que disse o Deputado Júlio. Tivéssemos ou não tivéssemos as apreciações neste Conselho de Ética, teríamos a convocação. Todos sabem disso, todos sabem disso! Então, não pode ser o Conselho de Ética responsabilizado por isso. Creio que não temos necessidade de provar que estamos trabalhando aqui o tempo todo. Então, para mim, a primeira fase é de convocação.



O que é preocupante é que alguém tenha de ser responsabilizado pela crise, por essa demagogia, e essa responsabilidade tem um endereço certo. O endereço da responsabilidade da crise é o Legislativo. Então, nós vamos ficar nessa celeuma durante o tempo todo, vamos tentar provar, primordialmente, para a imprensa — porque hoje nós temos que provar para a imprensa — que nós não temos essa responsabilidade, que nós trabalhamos durante o ano todo, que nós assumimos todas as Comissões, que estivemos presente em todas elas. E não vá ter esperança, viu, Deputada Angela Guadagnin — e eu falo isso sem nenhuma preocupação —, de que a imprensa... A imprensa nunca vai procurar saber exatamente, porque ela sabe, exatamente o que é o correto, o que é o andamento do processo, para fazer o comentário devido da sua inexatidão de atitude, da sua irresponsabilidade, se aqui nós temos essa irresponsabilidade. É muito mais fácil atacar, agredir, porque aparece mais. Dizer que nós somos bonzinhos, ninguém vai dizer. Quando você pratica um bom ato, 100 pessoas podem saber e, no dia seguinte, 120 estarão sabendo. Agora, se o seu ato é um ato ruim, mau, 3 pessoas sabem num dia; no dia seguinte, 3 mil; no outro dia, 6 mil, e assim subsequente. Então, não vamos ficar na ilusão. Mesmo a colocação feita pelo nobre colega que me antecipou, de que o problema é no ganhar, no valor que se ganha...

Outro dia, fizeram uma brincadeira comigo, dizendo que iam me arrumar uma hora nas televisões, nas mais famosas, uma hora em cada uma, para eu provar que o Deputado Federal ganha pouco. Querem me arrumar isso. Eu falei: “Vocês querem me matar!”. Eu não vou poder conseguir provar isso nunca. Basta o que nós sofremos quando se falou aqui em aumento do Poder Judiciário. Com esse aumento, ele passou a ganhar 24.000 reais por mês... E 500 — olha, eu já estava tirando 500. Vinte e quatro mil e quinhentos reais por mês. E nós, que ficamos naquela dúvida, de faz, não faz, de entrar ou não, vamos continuar com os 12.860 reais. E ninguém acredita que nós recebemos apenas 9.100 reais líquido por mês. Mas isso não é o importante. O importante de tudo isso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para terminar, Deputado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não dá 8, não, dá 8, porque você paga o partido, como eu pago. Aí nós damos 10%. Bom, então, eu quero deixar claro esta posição nossa. O mais importante em tudo isso é que haja, efetivamente, uma conscientização, para parar de fazer agressão ao tribunal, ao nosso Conselho de Ética. Vamos parar com isso. Nós estamos aqui, todos estão presentes, em todas as outras reuniões. Só nós estamos na Casa.

Agora, nós não temos culpa se não há reunião em plenário e que nós não tenhamos sessão. E não tendo sessão, nós temos que paralisar. Aliás, nós já dissemos isso e fomos contrários à convocação. Dissemos que qualquer pedido de vista paralisa tudo, qualquer recurso para a CCJC pára tudo. É muito claro isso. Então, vamos arrumar outro bode expiatório, que não seja o Conselho de Ética, para ser responsabilizado pela convocação. De qualquer maneira, de qualquer forma, esta convocação existiria se nós não tivéssemos as mazelas criadas por todos esses Deputados que aqui estão sendo julgados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

O último inscrito para a questão de ordem é o Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar os companheiros todos, os Deputados, pela passagem de ano. Se Deus quiser, o ano de 2006 será bom para todos. Olha, eu estou aqui já há 4 mandatos, 15 anos. É impressionante como a Câmara, de ano para ano, fica mais submissa. É impressionante! É impressionante! Falaram agora da diferença entre a Câmara e o Senado. A diferença é esta: o Senado não é submisso. O Senado não fica submisso à imprensa. Mudou um jornal da noite; saiu a jornalista; foi para o outro canal; veio uma jornalista nova; ela quer se impor; pega no pé da Câmara; e ela vai aumentando o coeficiente daqueles que vão devolver o dinheiro. Eu queria expor minha posição. Eu nunca fui favorável à convocação extraordinária. Quando houve, com o dinheiro, eu comprava cadeira de rodas, fazia distribuição para a Santa Casa, para hospitais, desde o primeiro mandato até agora. E aconteceu de novo agora. Eu não preciso desse recurso, nem do vencimento, nem do que vem.

Acho que é ruim para a Casa a convocação, porque demonstra para a sociedade que nós não trabalhamos, que não fizemos o dever de casa e, por essa



razão, precisamos ter a convocação. Por outro lado, é verdade: o Parlamentar brasileiro é o que menos recebe na América do Sul, nas Américas. Comparado com países do globo, quase todos, deve ser um dos 3 ou 4 países em que menos recebe. Então, isso não é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, eu peço silêncio.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - E fica submisso a uma mídia que elegeu a Câmara com os seus *sparings* para poder vender jornais, fazer notícia em cima daquilo que estamos vendo a cada dia que passa.

Fui ver por que o legislador deu 3 meses de “férias”, entre aspas, porque, na verdade, não é a realidade. Porque dos 4 a 5 meses que se trabalha, ele deu o mês de julho para que ele vá à base ver aquilo que foi feito, qual a repercussão, qual o resultado daquilo que está sendo feito. Obriga que você fique com o gabinete aberto, porque você precisa manter os funcionários trabalhando. Depois, no final do ano, você tem, sim — aí é verdade —, 30 dias de férias, que vão do dia 15 de dezembro a 15 de janeiro. Aí você não é obrigado a ficar com o gabinete aberto, pode fechá-lo. Mas, no dia 15 de janeiro, você tem que abrir o gabinete. E, novamente, você fica com 30 dias no País, você não pode sair, só pode sair com a autorização da Mesa da Casa. Você tem que ficar à mão.

Esta convocação ocorreu por causa da Comissão Mista de Orçamento, não foi nem por causa do Conselho de Ética. E não fecharam o Orçamento até agora. O Orçamento não está fechado, e não vai fechar em janeiro, não vai fechar em fevereiro, porque a diversidade nas contas é impressionante. E, espertamente, o Ministério da Fazenda e o do Planejamento retiveram, segurando uns 2 meses, para colocar um doze avos, a liberação de recursos para os outros Ministérios, inteligentemente, se formos pensar, trazendo isso para o próprio Ministério da Fazenda.

Então, a coisa está colocada de uma certa maneira que esta Casa, a cada dia que passa, fica submissa a determinadas áreas da imprensa, principalmente. O que não está acontecendo com o Senado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Vou encerrar. Quero repetir alto e bom som: se 512 Deputados devolverem os recursos à Casa, um não vai



devolver: eu. Eu não assino, não divulgo nada. Os recursos que estou recebendo, que estão no meu gabinete, com as devidas notas fiscais, eu só os emprego em cadeiras de rodas; e não sei nem para quem o gabinete distribuiu todas elas. Mas faço isso já há 4 mandatos.

A convocação extraordinária desta Casa é uma demonstração de que não tivemos um ano profícuo de trabalho. Essa é a verdade. Sou contra o encurtamento dos 3 meses, entre aspas, de “férias”, porque, na realidade, representa um mês de férias só, o mês de julho, pois de 15 de janeiro a 15 de fevereiro passo trabalhando. O meu gabinete é aberto, e fico trabalhando. Se não tem plenário, eu não venho votar, mas eu passo trabalhando. Tenho audiência marcada nesses 2 meses, e venho para cá. É só checarem as minhas passagens aéreas e o trabalho que eu venho fazer. Acho que 80, 70 ou 50% desta Casa fazem a mesma coisa.

Voto contra o projeto do Deputado Raul Jungmann que, para mim, é um projeto demagogo na medida em que vai contra os interesses do País.

Particpei de uma reunião com a cúpula pensante de várias entidades, no Estado de São Paulo, que está preocupada com o nível da Câmara Federal. Porque a Câmara Federal, cada vez está mais parecida com as Câmaras de Vereadores de cidades pequenas do interior do País, porque não discute com altivez, com cabeça erguida, assuntos de interesse da Nação, muitas vezes, amedrontada, votando sob cabresto ou coação da mídia nacional. Isso é uma vergonha para o nosso País.

E estamos preocupados com o caminho por onde está indo a democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES - Sr. Presidente, apenas uma brevíssima intervenção. No momento em que se cogita até a supressão definitiva da convocação extraordinária do Congresso, eu me permito lembrar a V.Exa. que na história recente do Parlamento brasileiro ocorreram fatos que ensejaram a convocação do Congresso. Até de moto próprio, bato meu *mea-culpa*, porque, como Presidente do Congresso, assumi o ônus de convocá-lo extraordinariamente inclusive no dia 25 de dezembro, o que é um fato inusitado na tradição Parlamentar mundial.



Naquele instante, Sr. Presidente, premido por esses prazos peremptórios, estávamos discutindo, em momento de delicadeza político-institucional, o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello. Naquela ocasião, fomos obrigados a convocar o Congresso e o fizemos no dia 25 de dezembro.

Mas, no que diz respeito ao Conselho de Ética não se pode irrogar à nossa face qualquer increpação diante do que nós constatamos hoje: estão presentes 17 membros do Conselho neste momento. E V.Exa. bem o sabe que o Regimento propiciaria o funcionamento com 8 de seus integrantes apenas. É a resposta mais positiva que o Conselho de Ética oferece à opinião pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É verdade. Muito obrigado.

Srs. Deputados, vou anunciar a Ordem do Dia e, posteriormente, vamos votar os requerimentos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Permita-me, não vou abusar da tolerância de V.Exa., vou falar 1 minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Do que foi discutido até este momento, quero me fixar à manifestação do Deputado Júlio Delgado no sentido de o Conselho de Ética formalizar à Direção do Congresso uma moção, a ser votada no primeiro dia, com o fim de eliminar a convocação extraordinária do Congresso mediante remuneração. Sou um dos que secundo essa proposta e gostaria que V.Exa. a colocasse em votação. Acho fundamental que se coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em seguida. Vou anunciar a Ordem do Dia e, posteriormente, colocar em votação os requerimentos.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para tratar de assuntos administrativos com os Relatores e consultores, da apreciação de requerimentos e da tomada de depoimento do Dr. Paulo Goyaz, testemunha arrolada pelo Deputado Pedro Corrêa, Representado no Processo nº 13, de 2005. O Relator é o nobre Deputado Carlos Sampaio.

Gostaria, em seguida, de votar os requerimentos.

Podemos começar com o requerimento do Deputado Júlio Delgado.



Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, qual o requerimento do Deputado Júlio Delgado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Que o Conselho de Ética possa sugerir e colocar na pauta da convocação extraordinária, que se inicia no dia 16, como primeiro item, a votação do projeto de resolução que extingue o pagamento remunerado da convocação extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso como proposta do Conselho de Ética?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Do Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, nada contra a proposta do Deputado Júlio Delgado. Acho que tudo o que foi falado aqui tem sentido. A única coisa que esqueceram de falar é que a convocação extraordinária foi feita exatamente no sentido do que está aí. Se quiséssemos fazer uma sessão plenária hoje, não poderíamos fazer, porque a convocação foi feita, no primeiro estágio, ou seja, do dia 16 de dezembro ao dia 14 de janeiro, só para o Conselho de Ética, para as CPMIs e para as Comissões. Então, nada para o plenário. A imprensa está divulgando que não tem ninguém no plenário porque quer, ela sabe perfeitamente. Isso dá ibope, e ela está fazendo isso para desgastar os Deputados. Esta é a grande verdade.

Segundo ponto: o Deputado Júlio Delgado fez um requerimento verbal. Sugiro ao Deputado que o faça por escrito, para alguns outros Deputados que queiram poderem subscrever. Sugiro que S.Exa. dê entrada na forma regimental, embora também regimental é a forma como S.Exa. está fazendo, assim oral. Seria bom que



S.Exa. fizesse por escrito e desse entrada na forma regimental para tramitar neste Conselho, como deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado. Enquanto o Deputado Júlio Delgado prepara o seu requerimento, há uma lista de requerimentos para serem colocados em votação.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - É o seguinte: parece-me que, no momento em que a Casa é convocada, ela já publicou a pauta da convocação. Esta matéria já consta da pauta da convocação. Portanto, acho que é uma solicitação inócua que o Conselho vai fazer. O que cabe é, no plenário da Casa, pedir a inversão de pauta. Peça a inversão de pauta no plenário para poder, então, tirar de onde ele está para passar ao primeiro item, e não o Conselho fazer isso, considerando que a pauta de convocação já foi publicada.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Como está em votação, sem entrar no mérito da proposta, ela se torna — sem entrar no mérito, repito — absolutamente inócua. Regimentalmente, é competência do Colégio de Líderes requerer a priorização e a urgência. Se for para o Conselho marcar presença e tal, é outra história, mas regimentalmente ela é inócua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, é uma solicitação do Conselho.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, V.Exa. vai colocar alguns requerimentos em votação e quero, agora, apresentar um requerimento verbal para que V.Exa. também possa colocá-lo em votação. Meu requerimento é no sentido que façamos uma última tentativa em ouvir, no máximo até a próxima semana, os Deputados José Janene e Robson Tuma. Se não os ouvirmos, então esta relatoria vai desistir. Tendo chegado os demais documentos já requeridos ao Conselho, então nós encerraremos a instrução.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, ainda hoje nós vamos notificar os 2 Deputados — ainda hoje.

Srs. Deputados, requerimentos.

Do Deputado Josias Quintal, solicitando seja a Deputada Zulaiê Cobra convidada a prestar seu depoimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Do Deputado Chico Alencar, solicitando informações à Prefeita Andrea Catharina Pelizari Pinto, do Município de Francisco Morato, no Estado de São Paulo, a respeito de emenda parlamentar ao Orçamento da União, de autoria do Deputado Wanderval Santos.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, espere só um instante. Eu só quero uma explicação. O que o Deputado Chico Alencar quis com isso? Eu não entendi a justificativa dessa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - No segundo depoimento, neste Conselho, do Representado, Deputado Wanderval Santos, houve indagações quanto a emendas orçamentárias, que ele fazia, inclusive em relação a uma emenda para uma instituição do Rio Grande do Norte, na qual parente dele, assessor dele, tinha presença, participação, função na direção. E também no caso de emendas que ele fez para essa Prefeitura, que depois ele retirou. E como chegou uma denúncia de que essa retirada poderia ter sido ocasionada por algum tipo de pressão junto ao Prefeito, quero apenas o esclarecimento disso. É algo conexo e lateral em relação ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Deputado Edmar Moreira, V.Exa. vai entregar seu requerimento? Quer que eu o coloque em votação, posteriormente?

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Não. Como V.Exa. colocou a matéria em votação, eu apenas, ao justificar o voto, sem entrar no mérito da matéria, concordo, mas com a ressalva que é absolutamente inócuo, tendo em vista que, regimentalmente, é competência do Colégio de Líderes. Se é para o Conselho de Ética marcar uma posição, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É uma sugestão.

Passaremos à fase do depoimento. Eu convido o Dr. Paulo Goyaz a tomar assento à Mesa. Comunico, ainda, que está presente o advogado do Representado, Dr. Eduardo Ferrão.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A sessão deliberativa encerrou-se, então, neste momento?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Uma interpretação do Deputado Júlio Delgado sobre a dinâmica dos processos deixou-me com uma dúvida, que seria importante dirimir. É com relação à tramitação dos processos. Encerrada a instrução probatória, o Relator elabora o seu parecer e o voto, e os entrega à Presidência do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É dividido em 2.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em 2 documentos. É preciso dar conhecimento desse relatório a todos os membros do Conselho e, obviamente, à defesa; depois ele é discutido e votado. Onde entram as 5 sessões ordinárias? Eu queria entender melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - São 5 sessões ordinárias do Plenário. No instante em que encerraram o processo probatório, a partir do dia seguinte começam a ser contadas as cinco sessões.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É o prazo para que o Relator entregue o relatório?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não. É o prazo para o Relator ler o relatório; posteriormente, a Presidência coloca-o em discussão e, em seguida, será lido o voto e colocado em votação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não entendi bem. Vamos imaginar: encerra-se a instrução probatória — é o meu caso e o caso do Deputado Sampaio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aí começam a contar as 5 sessões, a partir daquela data.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para ser lido o relatório.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - No plenário do Conselho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E essa entrega do relatório ao Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A entrega é antes. A partir da entrega, começa-se a contar...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É só por uma questão de cronologia de apreciação no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De ordem de apreciação no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Na realidade, isso dá ao Representado, se houver alguma irregularidade no processo, um período para poder contestar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ele não terá ciência do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não terá, não terá ciência.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A rigor, só o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só o Relator e o Relator-Setorial. Nós teremos ciência do relatório no instante da leitura.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas a leitura e a discussão do relatório devem acontecer no curso de até 5 sessões ordinárias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não. Depois de 5 sessões ordinárias.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra. Por favor, peço silêncio.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, agora estou ficando confuso. Encerrada a instrução, o Relator tem até 5 sessões para apresentar seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Encerrada a instrução probatória.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso, encerrada a instrução. Então, ele tem até 5 sessões, não pode extrapolar essas 5 sessões, tem de ser dentro das 5. Apresentado o relatório, V.Exa. vai marcar a data para a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Após a leitura do relatório, obviamente pode haver pedido de vista. Havendo pedido de vista, são duas sessões; não havendo, vamos direto para o voto, debate e julgamento. Quero que V.Exa. me esclareça quanto às outras 5 sessões. É quando da entrega à Mesa, antes da votação, por uma decisão recente da CCJ; antes de entrar, de ser pautada em plenário, tem de aguardar 5 sessões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Duas sessões.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Duas sessões, para efeito de eventual recurso na CCJ. Está correto isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É exatamente isso, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, quero tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Encerrada a instrução probatória, o Relator tem até 5 sessões para apresentar o relatório e o voto. No dia determinado por V.Exa. haverá a leitura e a discussão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Quando a defesa tem a oportunidade de oferecer alegações finais ao processo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O que eu lhe diria...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - A defesa não se manifestará nas alegações finais do processo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Lógico.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - À proporção que o Relator encerra a instrução probatória, a defesa tem qual prazo para as alegações finais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Relator tem 5 sessões para apresentá-las. O relatório será discutido e votado. Posteriormente, a defesa poderá contestar isso. A única maneira de contestar será um novo relatório, que poderá ser sugerido. Não existe outra forma.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Posso contribuir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quando da apresentação do voto, é apresentado o relatório e, posteriormente, o voto. Na hora da apresentação do voto, como nós fizemos, a defesa tem um prazo para contestar o voto que foi prolatado pelo Relator. E, nesse dia...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Ela tem o prazo ou ela faz contestação na hora da...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Faz a contestação na sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Na mesma sessão.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...na mesma sessão, tanto que, depois, é aberto o prazo de vista para votação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Inclusive, o relatório já vai estar na mão da defesa. Ele vai ter tempo para estudar, inclusive.

Então, posteriormente, na votação, ele pode contestar e pedir um período para entregar uma contestação.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - A defesa terá...



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O voto, Sr. Presidente... justamente, o voto vem lacrado. Ele lê o relatório, é de acesso público. Na hora em que o Relator lê o voto, há um prazo para a defesa contestar e, aí, pode-se pedir vista para a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas em razão da dúvida que foi suscitada pelo Deputado Chico Alencar, concordo com as ponderações de S.Exa. no seguinte sentido: se são até 5 sessões e suponhamos que faça a entrega do meu relatório nesta quinta-feira, já na primeira sessão do dia 16 eu poderia lê-lo, porque, se tenho até 5 sessões, já na primeira posso lê-lo, porque estou dentro do prazo. Não tenho que aguardar as 5. Portanto, no dia 16, pode ser feita a leitura.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, a regra básica está aqui, no Código de Ética...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Gostaria que V.Exa. a lesse, por favor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não. Trata-se do inciso IV do § 4º do art. 14. Ele diz: *“Apresentada a defesa, o relator da matéria ou, quando for o caso, a subcomissão de inquérito, procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias”* — e é aí que entra, Deputado Carlos —, *“findas as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias da Câmara, concluindo pela procedência da representação ou por seu arquivamento, oferecendo, na primeira hipótese, projeto de resolução destinado à declaração da suspensão ou perda do mandato;”*

Por que nossas dúvidas aqui? Porque os sábios que fizeram esta convocação extraordinária bizarra, estranha, inédita e inusitada não a fizeram, nesta primeira etapa, com sessões ordinárias. Então, na verdade, nós podemos e devemos apresentar o relatório, finda a instrução probatória, mas ele ficará ali, pegando um pouquinho de poeira, da umidade de Brasília, até valer, a partir de segunda-feira. O entendimento é que o parecer é proferido aqui mesmo, com a leitura do relatório — o meu já está quase aqui, estou aguardando uns detalhes finais. Mas proferir parecer é a apresentação do relatório aqui.



Como se exige o prazo de até 5 sessões ordinárias, lá, que está fechado à chave, é a partir de segunda-feira. Então, quero já, quarta-feira ou terça-feira da semana que vem, começar a votar relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Espero, Srs. Deputados, que, a partir da semana que vem, possamos apresentar, isto é, os Relatores apresentem os pareceres seguidamente, um por dia praticamente.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, como o Deputado Júlio já apresentou, por escrito, o requerimento, talvez, antes da oitiva, possamos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Júlio Delgado, que tem a assinatura de quase todos os membros do Conselho:

“Requeiro, nos termos regimentais, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar formalize junto à Presidência da Câmara dos Deputados que proponha às lideranças partidárias que, na organização da pauta, o PDL que suprime a remuneração adicional nas convocações extraordinárias seja o primeiro item da pauta.

Brasília, 9 de janeiro de 2006”.

O requerimento conta com 12 assinaturas.

Aqueles que foram favoráveis...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para discutir, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, é lógico que entendo a posição do Deputado Júlio Delgado e a apóio. Agora, temos que deixar claro que, na verdade, vamos transformar isso numa moção, porque temos matérias que estão travando a pauta, que precisam ser votadas, e cabe ao Presidente elaborar a sua pauta. Não sei se essa é uma matéria que está travando a pauta ou não — acho que não, são outras matérias que estão travando a pauta. Nós estamos fazendo um instrumento de pressão. Essa é que é a verdade.



O Conselho de Ética, nesses 30 dias, foi pressionado, inclusive pelo próprio Presidente da Câmara, quando disse que houve a convocação em razão do pedido do Conselho de Ética, o que é uma meia verdade. Na verdade, o Conselho de Ética pressionou para colocar a Casa plena, porque queríamos que a Casa funcionasse plena, a partir de 16 de dezembro, ou a partir de 9 de janeiro, ou 15 de janeiro, e não capenga como foi convocada. Então, eu quero discutir, apóio o requerimento, mas sabemos que isso tem de ser transformado numa moção ao Presidente da Casa, para sensibilizá-lo a colocar em votação logo que possível; e não pode ser a primeira matéria, porque temos matérias que estão travando a pauta. E essa não pode ser a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, esse é um posicionamento do Conselho de Ética. Isso é o mais importante.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Encontra-se ao meu lado o Dr. Paulo Goyaz e está presente também o advogado Eduardo Ferrão.

Para atender às formalidades legais, está sendo firmado por esse depoimento termo de compromisso.

Termo de compromisso:

“Nos termos do art. 12, Inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 13, de 2005 (Representação nº 50, de 2005), instaurado contra o Deputado Pedro Corrêa.

Sala das reuniões, 9 de janeiro de 2006.”

Dr. Paulo Goyaz Alves da Silva.

Inicialmente será dada a palavra ao Relator, nobre Deputado Carlos Sampaio, e, posteriormente, ouviremos as perguntas dos Srs. Deputados que já se inscreveram.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Carlos Sampaio.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, inicialmente quero desejar a todos os membros deste Conselho, a V.Exa., à imprensa e aos funcionários presentes, feliz Ano-Novo, muita paz e saúde.

Dr. Paulo Goyaz, agradeço a oportunidade que temos de inquiri-lo e, até para que possamos dar seguimento a uma praxe deste Conselho, peço a V.Exa. que decline seu nome, nacionalidade, estado civil, profissão e sua residência.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, peço silêncio a todos.

Com a palavra o Dr. Paulo Goyaz.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Paulo Goyaz Alves da Silva, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-DF sob o número 5.214.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por favor, o volume do som do nobre advogado está baixo, Sr. Presidente. É preciso avisar ao responsável pelo som que o volume está baixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agora já está bom.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Paulo Goyaz Alves da Silva, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-DF sob o número 5.214.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dr. Paulo, o senhor é advogado do Deputado Ronivon Santiago desde quando?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Se não me falha a memória, desde 1997.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Peço um segundo, doutor. A imprensa está saindo para dar apoio... Vamos esperar um segundo, senão não temos condições de ouvir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, inverta a papeleta, para não trocarmos o seu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - O Presidente continua sendo o Deputado Izar, aqui eu só o substituo. Deputado Sampaio, continua V.Exa. com a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, eu ousou interromper o Sr. Relator, com a devida vênia de S.Exa. Sr. Relator, tendo em vista que o Dr.



Paulo Goyaz advogou para o PP, para o Deputado Ronivon, eu gostaria de saber, talvez eu esteja me antecipando, se há algum impedimento dele relativamente a esse testemunho, no que diz respeito ao Código de Processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Eu pergunto ao Relator se ele...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - ...se ele vai incorporar no seu relatório a pergunta ou algum questionamento a ser feito ao Dr. Paulo.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Com todo o respeito à pergunta do colega, a decisão de qualquer tipo de impedimento, *data venia*, com respeito, é do advogado, e não nossa. Isso diz o nosso Código de Ética, o Código de Ética do Advogado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o nobre Deputado Edmar refere-se ao Código de Processo Penal, ao Código de Processo Civil com relação a eventual impedimento.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, apenas para eu ousar e também responder ao meu amigo, Deputado Marcelo Ortiz, para dizer a ele o seguinte: que, com certeza, é do Código de Ética do Advogado, mas também com certeza, se houver impedimento, a juízo do Relator, isso pode prejudicar a testemunha.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Bom, de minha parte, Sr. Presidente, como ele foi arrolado pelo Representado e qualquer mácula que venha a ocorrer só poderia ser alegada pelo próprio Representado, eu não vejo nenhum problema em ouvi-lo e, portanto, não vejo que esse impedimento possa causar qualquer problema dentro desse processo que me coube relatar aqui.

Só retomando a pergunta, o senhor é advogado do Deputado Ronivon Santiago desde quando?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Desde 1997.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Desde 1997. Quem o contratou desde o início foi o próprio Deputado, ou sempre foi o Partido Progressista?



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Bom, parece-me que a contratação de 1997 não é o objeto, não tem nada a ver com o Partido Progressista. A minha relação com o Deputado Ronivon referente ao Partido Progressista se refere às eleições de 2002. Anterior, o contrato era outro contrato, era outra relação, não tem nada a ver com o PP anteriormente. Se for a partir de 2002, a partir de outubro de 2002.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quem pagou os seus honorários, então, a partir de 2002, nessas eleições?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Nós tivemos 2 contratos. Um primeiro contrato foi ocorrido no dia 11 de outubro de 2002; naquela oportunidade o meu colega de escritório, o Dr. Fábio Paganella, acompanhou o Deputado Ronivon Santiago, quando ele foi preso, aqui em Brasília, no Hotel Blue Tree, assim como deu assessoria para ele em relação ao *habeas corpus*. E aí foi feito um contrato, para acompanharmos uma ação de Investigação Judicial Eleitoral, que é a nº 16, e se houvesse uma ação de impugnação de mandato eletivo em relação à eleição dele. Então, foi feito um primeiro contrato, que o PP pagou 50 mil reais e o Deputado Ronivon pagou os outros 50 mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Constava do contrato...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Na época eu acho que era PPB, eu faço aí uma confusão, mas foi o Partido Progressista atual.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dr. Paulo, constava do contrato firmado quem seria o responsável pelo pagamento?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. O contrato foi assinado com o Deputado Ronivon Santiago, para prestar assessoria para ele. Ele era o responsável. Posteriormente, ele nos disse que o PP pagaria esse primeiro contrato, a metade dele e, através de contato com o Deputado Pedro Corrêa, esse pagamento foi feito, inclusive com nota fiscal e depósito em nossa conta bancária.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, em momento algum foi firmado um contrato com o Partido Progressista...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Diretamente com o Partido Progressista.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...sempre com o Deputado Ronivon e o senhor soube por ele que quem estava pagando era o PP, e depois...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Nós temos 2 momentos que é importante saber. São 2 contratos distintos. Existe um primeiro contrato, que é de 2002, que é de outubro de 2002. E existe um segundo contrato, que ele é, se não me falha a memória, de maio de 2003, que se refere às ações penais e que se refere a recurso quanto à diplomação, outras ações de impugnação de mandatos, quer dizer, ele já é um contrato bem mais complexo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. teria condições de juntar ambos os contratos?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Podemos falar sobre... Vamos falar por parte então, para facilitar. O primeiro contrato, que foi assinado em 11 de outubro de 2002, foi pelo valor de 100 mil reais. Deste o Partido Progressista pagou 50 mil reais, e ele abrangia a Investigação Judicial Eleitoral nº 16. Posteriormente nele incluía a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo nº 01; um *habeas corpus* que foi feito para soltar um Deputado; e também um trabalho realizado em função de um apoio que se daria a ele nesse processo, em relação a essas ações. Posteriormente, foram apresentados 2 recursos contra a diplomação. A diplomação foi em 20 de novembro. Então, praticamente 1 mês e 10 dias depois foram apresentados 2 recursos contra a diplomação; 4 ações de impugnação de mandato eletivo, e mais — desculpem, 3 ações de impugnação de mandato eletivo —, no desenrolar, quando ele assumiu, começaram a chegar processos ao Supremo, que são os Inquéritos nºs 1.904, 1.911, 1.912, 1.913, 1.914 e 2.000. Então, foi feito aí um segundo contrato, em maio, se não me falha a memória, 11 ou 26, no valor de 900 mil reais, porque esse era o acordo. O acordo era o seguinte: para cada ação criminal, 100 mil reais, que seriam os inquéritos que estavam no Supremo; para as ações de impugnação de mandato eletivo, entrariam nesse contrato 3, que são a 04, a 05 e a 06: 50 mil cada uma. E mais a defesa do filho dele, que tinha sofrido uma condenação penal, que incluía nesse bolo. E, para cada nova ação penal que entrasse, mais 100 mil reais. Esse foi o acordo assinado com o Deputado Ronivon Santiago.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso tudo consta dos respectivos contratos.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Dos contratos que já estão aqui na Comissão, inclusive.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No primeiro, ele diz que o PP pagou 50%. E no segundo?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Bom, aí nós vamos chegar na parte de pagamentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É, vou chegar até... se me permitir. Com relação a esses 50 mil reais que foram pagos no primeiro contrato, pelo PP, o senhor disse que cumpriu aí toda a sua obrigação perante a legislação tributária.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Em todos eles.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu lhe pergunto: constou que foi 50 mil do PP e constou que foi 50 mil do Deputado Ronivon, ou o senhor constou 100 mil reais como sendo do Ronivon.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, o primeiro contrato foi feito em nome da pessoa jurídica de nosso escritório, porque teve a atuação do Dr. Fábio, que é meu sócio. E nesse contrato foram expedidas notas fiscais, e o depósito foi feito via diretamente na conta bancária, em várias parcelas. Houve até bastante atraso em relação a esses pagamentos. A parte do Deputado, ele pagou parceladamente, vem pagando. E o segundo contrato foi feito na pessoa jurídica, porque nesse momento, em 1º de outubro...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pessoa física, o senhor disse?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - ...de 2002 estávamos formando a sociedade de advogados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só para entender: a primeira, pessoa jurídica.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - A primeira, pessoa jurídica.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A segunda, pessoa física.



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Pessoa física. Isso. Exatamente, porque em 1º de outubro formamos a sociedade, ela entrou em operação, e tivemos alguns ajustes de clientes que vinham e de clientes que pertenceriam à sociedade. E, no caso do Deputado Ronivon, ele ficou para mim porque era matéria de natureza eleitoral.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu entendi. Mas no primeiro caso, jurídica ou não, a pessoa jurídica que o atendeu, no caso, o escritório, foram emitidos os recibos?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Notas fiscais. Pessoa jurídica emite nota fiscal.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, mas no caso da nota fiscal que foi emitida para o PP e...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Para o PP, para o PP, as notas fiscais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nenhuma para o Deputado...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Nenhuma para o Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ronivon...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - As que foram, foram referentes a uns pagamentos que ele acertou, valores pequenos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabia quem... de onde eram esses recursos, de onde provinham esses recursos que o PP lhe pagava?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Bom, do primeiro contrato, eles foram depositados na minha conta bancária, eu acredito que do fundo partidário. O segundo contrato, nós tivemos duas fases nele: a primeira, quando eu acertei com o Deputado Ronivon, aí ele me informou que o partido iria pagar. Eu estive com o Presidente do partido...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Iria pagar os 900 mil.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso. Ia pagar os 900 mil e mais eventuais outras ações que viessem. Aí eu estive com o Deputado Pedro Corrêa, isso deve ter sido em final de maio ou início de junho, não sei precisar bem. Eu olhei na minha agenda, eu cometi o erro de não lançar na agenda tudo o que fazia. A



partir do ano passado, de metade do ano passado, tenho procurado colocar tudo na agenda, exatamente para ter certeza das datas. E aí o Deputado, então, depois de saber a situação em que estavam os processos, pediu-me que falasse como o Dr. Valmor Giavarina. Valmor Giavarina era o advogado do Partido Progressista e também foi Deputado Federal nesta Casa. O Dr. Valmor, na verdade, fez uma segunda negociação comigo, nesse segundo contrato, porque ele pediu que baixassem os honorários, e nós acabamos fechando um pacote que seria: 900 mil, que seriam pagos em 4 vezes, uma entrada de 300 mil, que seria em junho, e 3 de 200 mil reais. E ficou acertado, em vez de 100 mil por ação, como eu disse anteriormente, 80 mil nas ações penais, e nas eleitorais estariam incluídas no pacote. Eleitorais, cautelares, e tudo. Agora, por que as ações penais são mais caras? Ações penais, é preciso que os senhores entendam, são processos longos e demorados e tomam uma demanda de tempo do advogado muito grande. Então, para se ter uma idéia, numa ação penal contra o Deputado Ronivon, escuta-se as testemunhas em Sena Madureira, em Cruzeiro, em Rio Branco e em outras cidades do Estado do Acre. Até a São Paulo nós tivemos que nos deslocar para ouvir testemunha. Para ir a Cruzeiro, sai-se daqui 10 horas da noite do primeiro dia...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Desculpe-me interrompê-lo, só para perguntar se esses 80 mil, que eram pagos por ação penal, nada têm a ver com os 900 mil.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, eles têm. Era 900 mil pelo que já havia até ali. Naquelas ações que eu me referi ao senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu entendo. Mas não é objeto do...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Do contrato.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... presente processo?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - É objeto do presente processo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Os 900 mil reais...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...que ele...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso. É o que eu estou explicando. O primeiro contrato...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E os 80?



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Calma aí. É o seguinte: no contrato que foi assinado estava incluído recurso contra expedição de diploma, 617 e 618, do Tribunal Superior Eleitoral; estavam incluídas, do TRE, Ações de Impugnação de Mandato nºs 04, 05 e 06, e estavam incluídos, até aquele momento, os Inquéritos no Supremo de nºs 1.904, 1.911, 1.912, 1.913, 1.914 e 2.000. Este fechou um pacote e mais a defesa do filho do Ronivon, que estava com processo no TRF da 1ª Região. Esse pacote foi fechado com o Deputado Ronivon por 900 mil reais. E mais: para cada ação que chegasse — e depois o senhor vai ver que chegaram mais 4 —, para cada ação que chegasse seriam mais 80 mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O que eu quero dizer a V.Sa. é o seguinte: 900 mil reais é o que está sendo objeto de análise aqui...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O.k.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... que foi pago pelo PP.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Esses 80 mil, que seriam pagos por cada ação, o senhor não os recebeu do PP?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Um deles foi recebido e o outro, existe uma dívida, hoje, do PP comigo em relação a 240 mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Um foi recebido?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Um foi recebido. Está junto com esses 900 mil.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, eu estou entendendo... Junto com esses 900 mil?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - É, porque os 900 mil, se o senhor prestar bem atenção, e o senhor tem os recibos, o senhor vai ver que foram feitos 3 pagamentos. Nesses pagamentos, se o senhor somar o valor geral, dá 963 mil reais — eu não estou com o número exato —, 963 mil reais. O primeiro foi dia 17 de setembro de 2003, que foi no valor de 413 mil 210 reais. Deste valor foi deduzido o Imposto de Renda na fonte, porque quando se trata de pessoa física, o imposto é deduzido no Recibo de Pagamento de Autônomo — RPA, que foi o imposto de 113 mil, 209 com 67. Eu recebi líquido 300 mil reais no dia 17.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dezesete de...



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - No dia 24...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dezesete de maio?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Dezesete de setembro de 2003.

No dia 24 de setembro, eu recebi bruto os 413 mil e 800; descontado o Imposto de Renda, recebi mais 300 líquidos. E no dia 14 de janeiro de 2004, nós... foram 137 mil e 350; Imposto de Renda, 37 mil e 348, e líquido de 100 mil. Então, eu recebi líquido 700 mil reais. Agora, bruto, que teve o desconto no Imposto de Renda, dá 963 mil, que quitaram o valor de 980 mil.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se quitaram no valor de 980 mil, eu presumo que o PP tenha conseguido mais 80 mil além dos 900 mil que o PT lhe deu?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, não. Eu já lhe expliquei isso. Eram 900 mil e mais uma ação que entrou nesse interregno.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dr. Paulo, deixe-me dizer ao senhor: a minha preocupação não é com relação às minúcias dos casos. Minha preocupação é com relação ao montante que foi repassado do PT para o PP. O PT — Partido dos Trabalhadores repassou ao PP — Partido Progressista 900 mil reais. Os saques foram feitos no total de 900 mil reais. E o senhor afirma aqui que recebeu do PP 980 mil reais.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, não, calma, calma. O senhor está fazendo confusão. Eu não afirmei isso em momento nenhum. Eu fui muito claro. Uma coisa é o valor líquido que eu recebi, que foram 700 mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não estou preocupado com o valor líquido.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O valor bruto, que é o valor do imposto...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Valor bruto é o que lhe pagam.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. Têm duas fases: o valor bruto, eu recebo nominalmente, mas, de fato, eu não pego o dinheiro, porque quando é retido o imposto na fonte ele fica na pessoa jurídica, que tem a obrigação legal de transferir esse recurso para a receita.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dr. Paulo, o senhor recebeu bruto 980...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - ...e 63 mil e uns quebradinhos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Bruto?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Bruto. Aqui, 964 e 360.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A afirmação do Deputado Pedro Corrêa é que houve um repasse de 900 mil reais e ele pagou 900 mil reais, não 963 mil reais. É apenas esse registro que estou fazendo para V.Sa.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Veja bem, eu não estou contraditando nada o que disse o Deputado Pedro Corrêa; eu estou dizendo é que eu recebi líquido, em espécie, 700 mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E bruto?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - E bruto: 964 mil 360 reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Entendi.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Desses, 254 mil 360 reais foram retidos a nível de Imposto de Renda. E existe um débito de 240 mil ainda.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tinha conhecimento de que o PT teria acionado ou instigado a inúmeras dessas ações contra o Deputado Ronivon Santiago?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Bom, é preciso esclarecer que o autor das ações chama-se Ministério Público Eleitoral do Estado do Acre. Agora, durante as investigações — e isso está nos autos da Investigação Judicial, a IJE nº 16, do TRE do Acre — ficou claro, pelo menos para mim, como advogado, que um segmento do PT do Acre havia induzido algumas pessoas a irem ao Ministério Público fazer denúncias. E ficou muito claro para mim que havia a mão de algumas pessoas do PT nesse processo. Isso também se configurou no caso de um processo do irmão do Ronivon que foi, inclusive, absolvido porque a prova demonstrou que, realmente, houve manipulação de testemunhas. Porém, o autor da ação, deixando bem claro, é o Ministério Público e não o PT.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - No caso, o Ministério Público Eleitoral?



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Todas as ações são do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe como é que se deram as tratativas do PP — Partido Progressista com o PT para o recebimento desses 900 mil reais?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, senhor. Até eu não sabia que esse dinheiro tinha vindo do PP. Para mim, ele estava vindo do fundo partidário.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor disse que haviam alguns atrasos no pagamento.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Sim, houve vários acordos que não foram cumpridos, várias datas...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E quando não eram cumpridos...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Teve um determinado momento que eu, inclusive, estava renunciando às procurações por não estar recebendo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quando eles eram descumpridos, o senhor... nesse período o senhor estava conversando diretamente com quem? Com o Deputado Pedro Corrêa?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Normalmente, uma ou duas vezes foi com o Deputado Pedro Corrêa e outras foi com o Dr. Valmor Giavarina.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E eu imagino que eles deveriam dar alguma...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Até porque o Valmor eu encontrava, praticamente, toda terça e toda quinta, com raras exceções, no TSE, onde fazemos plantão toda terça e quinta.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E eu imagino que a cada adiamento vinha uma justificativa.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - A fundamentação é que havia um problema de uma fusão ou de uma mudança do nome do partido e havia problemas com o fundo partidário que estava atrasando o repasse, mas, assim que chegasse, seria feito esse pagamento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em algum momento foi dado como justificativa o fato de que o PT estava atrasando esse repasse?



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Nunca ouvi falar nesse negócio do PT. Eu só fiquei sabendo desse assunto de PT quando Severino Cavalcanti, aqui na Câmara, deu uma entrevista para a *Folha de S.Paulo* e falou nesse assunto.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, o senhor sequer soube se houve transferências do PT para o PP?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso aí foi o que eu ouvi pelos jornais...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso nunca entrou na alçada de justificativas dos atrasos?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. Eu não tenho conhecimento nenhum. Para explicar para vocês: eu estive numa reunião com o Pedro Henry, o Pedro Corrêa, estava o Deputado Negromonte e mais 2 Deputados dos quais não lembro o nome, além do Deputado Ronivon. Na oportunidade, expliquei a eles tudo o que estava acontecendo no Acre a nível processual, que eles queriam saber. Depois disso, começou, em seguida, uma sessão que era importante, e eles foram para a sessão, e eu fui embora. E depois, uma aqui ou outra oportunidade perdida, porque a gente se encontrava aqui, no Congresso Nacional, um Deputado ou outro perguntava como estava a situação do Deputado Ronivon Santiago.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor saberia nos dizer se essas transferências que ocorreram — até pelo senhor estar funcionando também na área eleitoral — do PT para o PP foram, em algum, momento, registradas junto à Justiça Eleitoral ou foi um assunto que passou ao largo da sua defesa?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu não tenho informação. Realmente, não tenho, porque essa parte financeira, o advogado não entra nela. Eu não era advogado do partido e não ficava no dia-a-dia do partido. É verdade que quando o Dr. Valmor acertou comigo — e ele até reduziu os preços —, ele me pediu que, em 2004, desse uma assessoria eventual ao partido em alguma necessidade que não fossem ações eleitorais. Era um ano de eleição e ele já estava um pouco doente. Então, ele me pediu que desse uma cobertura quando houvesse um projeto de lei importante, que eu fosse chamado. Naturalmente, o relacionamento era de amizade e não tive dificuldade nenhuma de aceitar.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor recolheu os impostos referentes ao pagamento dos seus honorários no momento oportuno em que ele fora feito?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Como eu disse, no caso do pagamento da pessoa jurídica, mediante nota fiscal, no final do mês sempre é feito um desconto e no final do trimestre é feito outro desconto que nós fazemos. Todos os meus impostos estão, absolutamente, em dia. Com relação à pessoa física, eles foram retidos na fonte pagadora e, aí, a quem compete depositar na Receita Federal é o PP.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, o senhor cumpriu no tempo oportuno...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Rigorosamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...na data em que recebia? Eu estou satisfeito, Sr. Presidente. Não tenho mais nenhuma indagação a fazer. Eu agradeço ao Deputado Paulo Goyaz.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu queria passar para o senhor, para facilitar. Eu trouxe a relação dos processos do Supremo, uma folha do Supremo, do TRE e do TSE para V.Exa., para facilitar. E aqui tem uma síntese das datas, para que possa ser entendido o que aconteceu no contrato.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço ao Dr. Paulo Goyaz e solicito à Secretaria que junte aos autos do processo do Deputado Pedro Corrêa, da Representação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Relator, o ilustre advogado, Dr. Eduardo Ferrão.

Dr. Paulo Goyaz, o senhor disse agora, recentemente, que houve uma reunião onde participaram o Deputado Pedro Corrêa, Pedro Henry, o Deputado Negromonte, o Deputado Ronivon, quando o senhor apresentou a situação processual — por favor, no microfone.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso foi em maio ou início de junho de 2003. Foi uma reunião na sala do Líder para explicar o que estava



acontecendo. Foi logo depois de uma viagem que eu fiz a Rio Branco; eu voltei e ele me pediu que eu fosse lá esclarecer para eles o que estava acontecendo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quem pediu? O Deputado...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O Deputado Ronivon Santiago.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...Ronivon. Quer dizer, os membros do partido tinham conhecimento claro de que o partido pagava os seus honorários para defendê-lo.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Até aquele momento que houve essa reunião, ele tinha pago uma parte. Mas eu acho que tinha conhecimento, sim. Eu não vou dizer que não tinha porque realmente eu não... Esse assunto não era importante para tratar naquele evento, estar perguntando ou não... Realmente eu não...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas o senhor compareceu na Liderança do partido.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Sim, na Liderança, a convite do Deputado Ronivon, para esclarecer para eles o que estava acontecendo em relação ao processo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o senhor se recorda os questionamentos, o que foi tratado?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Olha, na verdade, eu só expus o que estava acontecendo, que havia um risco iminente de o Deputado ser cassado em face do que estava acontecendo no Estado do Acre e que eu esperava a qualquer momento um julgamento, tanto que, de fato, esse julgamento iniciou em final de junho e acabou, de uma forma meio esdrúxula, terminando em julho daquele mesmo ano de 2003.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Além disso, nada mais foi tratado...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Tratado formalmente nesse dia não. Só a relação processual...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nem os honorários?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - ... o que tinha acontecido. Não, já estava tratado.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não? Nem dos honorários atrasados?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Nem dos honorários atrasados. Quem me conhece, Deputado, sabe que, mesmo eu tendo honorários a receber, eu não cometo a indelicadeza de comentá-los de público, a não ser quando eu sou autorizado pelo cliente, que não era o caso aqui, até porque não era importante. Havia um compromisso do Deputado Pedro Corrêa. Eu conheço o Deputado Pedro Corrêa desde 1979, quando eu fui assessor parlamentar do Ministro Jair Soares, e sempre o tive como um homem honrado e a palavra dele para mim foi suficiente. Mesmo ocorrendo os atrasos, os pagamentos foram feitos. Existe uma pendência ainda, mas eu tenho certeza que eu vou receber um dia.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, eu lhe pergunto porque ali o senhor estava...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor estava com a direção...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Mas não se tratou de valores nesse dia lá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, eu estou lhe perguntando porque ali o senhor estava reunido com a direção do PP. O senhor não estava falando em público, não é?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não era bem a direção. Ali estava o Líder, que era o Deputado Pedro Henry, o Presidente do partido, que era o Pedro Corrêa, estava o Mário Negromonte, que eu não sei se faz parte da Executiva, eu não conheço a estrutura do PP direito, e tinha mais 2 Deputados que eu lhe confesso que eu não me lembro os nomes, não...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvir os outros Deputados, eu gostaria de ouvir o Dr. Eduardo Ferrão. *(Pausa.)*

Não pretende?

Então, Deputada Angela Guadagnin.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Dr. Paulo, muito obrigada pela sua presença para poder ajudar com o nosso trabalho. Eu tenho atenção especial, assim, com o Deputado Orlando Fantazzini, como Relatora do Janene, que faz parte de todo esse processo. Como se deu a questão do PP assumir o pagamento dos seus serviços? Em que momento? Como se deu isso?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Bom, nos 2...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Já que o senhor tinha...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Vamos pegar o contrato de 900 mil, para a gente não fazer muita confusão.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, vamos voltar, antes. O primeiro contrato, o PP não tinha...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O primeiro contrato, veja bem, o Deputado Ronivon, quando renunciou, em 1997, ele foi para o Estado, eu fiquei acompanhando algumas ações penais dele e inclusive ações aqui de quebra de sigilo bancário dele. E numa oportunidade que estive no Acre, eu não me lembro se em 1998 ou 1999, para fazer, acompanhar uma defesa dele, o Ronivon não tinha dinheiro para pagar a gasolina do carro dele. Eu até me lembro que eu enchi o tanque dele, até pela situação que se apresentava. Então, o meu relacionamento com o Deputado Ronivon era um relacionamento também de uma certa amizade, de um trabalho que fizemos com ele e tudo. Quando houve o acordo do pagamento, nós já tínhamos feito uma parte do trabalho, e o Ronivon me disse: *“Olha, enquanto eu não sentar na cadeira, eu não tenho condições de te pagar — está certo? —, porque eu estou quebrado, estou saindo de uma campanha”*, o que é natural no processo eleitoral. Nós, que militamos... É muito comum o Deputado nos contratar — ou o Governador, ou o Senador, ou o Vice-Presidente da República, como já tivemos clientes desse porte — e dizer: *“Olha, depois a gente acerta”*. Isso é normal. A gente trata, acerta para depois. E, efetivamente, mais ou menos em janeiro de 2003, antes da posse dele, o Deputado Ronivon me disse que o partido iria pagar, mas eu não tive contato nenhum. Posteriormente, não sei precisar se em fevereiro ou depois, mas já estava em funcionamento, foi que o partido realmente disse que pagaria e que eu ficasse despreocupado porque as primeiras parcelas eles pagariam.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - A quem o senhor deu esse recibo?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Bom, o recibo dos 964 mil 360 reais eu entreguei, 2 deles, ao Dr. Valmor Giavarina e um ao Dr. Valmir Crepaldi. O menor...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas em nome do Dr. Valmor ou em nome do PP?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Em nome do partido, em nome do partido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, foi um recibo...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Foi um RPA em nome do partido entregue ao Dr. Valmor.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Em nome do Deputado Ronivon, que lhe tinha contratado, que assinou o contrato com o senhor...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - ...não foi feito?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não foi feito. Nesses casos aí, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando foi feito o pagamento do PP no primeiro contrato?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O primeiro contrato foi pago em várias oportunidades. Como ele não é o contrato principal, eu não trouxe aqui os dados, mas foram feitos pagamentos de 10 mil, pagamento de 20 mil, pagamento de 8 mil, pagamento de 6 mil, até se completarem os 50. Eu posso até mandar para a Comissão a cópia das notas fiscais depois, mas neste momento, eu realmente não...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E esse contrato, o segundo, de 900 mil, também foi pago pelo PP?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Foi pago.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Metade o partido, metade o Deputado Ronivon?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, não. Nesse caso, o PP assumiu todo o contrato.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Todo o contrato.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Pelo menos essa era a conversa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E no outro, essa nota, esse recibo, o senhor dava ao Deputado Ronivon ou ao partido, dentro desse parcelamento de pagamento?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - As notas fiscais eu dei a quem realizou o pagamento, que era o PP. E houve alguns pagamentos pequenos, de 2.500 por mês, 1.500, 1.300. Dependendo de como o Ronivon pagava, essas foram emitidas para ele.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Minha preocupação era exatamente essa. O senhor assinou o contrato com o Deputado Ronivon?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Foi, com o Ronivon.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, o senhor deveria o recibo ao Deputado Ronivon, com quem o senhor assinou o contrato, e dava o recibo ao PP?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não há nenhuma irregularidade nisso, porque o contrato é uma relação de confiança entre o advogado e o seu cliente. Se o meu cliente disse que B vai pagar, e B é uma pessoa jurídica, a minha obrigação é a de dar o recibo a quem está pagando efetivamente, até porque poderia me causar problemas com a Receita. Se eu emitisse o recibo em nome do Deputado Ronivon e o partido lançasse a despesa, eu seria bitributado sobre o mesmo valor, daí por que o recibo vai para quem paga e para quem tem de descontar. Confesso-lhe que era muito mais vantagem para mim entregar o recibo ao Deputado Ronivon Santiago, porque ele teria de me dar o valor integral, e eu pagaria o imposto depois, deduzidas as minhas despesas.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Até aproveitando essa questão do pagamento de imposto, o senhor tem conhecimento se o PP fez esse recolhimento à Receita Federal?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu não sei. Realmente, eu não sei lhe dizer.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nunca pegou, porque ele dava...



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu lancei na minha Declaração de Renda. Se eles não lançaram, problema deles com a Administração Federal e com a Receita.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Esse débito que o senhor fala que o PP tem com o senhor, de 240 mil, se refere a quê?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Refere-se a outras ações penais que chegaram depois, a 2.055...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Depois de acordados os 900 mil?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Depois dos 900 mil, isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Isso também foi acordado que o PP iria pagar?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Sim, sim. Cada ação nova que entrasse, de natureza criminal, eram mais 80 mil reais. E, depois dos 900 mil, entraram 4: uma foi incluída, que é a 20.042, e ficaram 3 pendentes, que são a 20.055, 20.063 e 21.015. Inclusive no papel que eu passei ao Sr. Relator, está a data em que essas ações foram propostas.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Essas ações, como está o andamento delas?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Neste momento, nós temos... Na verdade, o Ronivon teve 39 ações. Das que foram incluídas em pagamentos foram 36 e mais uma do filho dele. Hoje nós temos, se não me falha a memória, 25 ações em andamento.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu fiz essa pergunta porque, normalmente, o advogado cobra as custas do processo e depois paga-se, ao fim do processo, se ganha ou se perde. É a explicação desse processo...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O processo que é feito, que o advogado faz, que nós chamamos advocacia de partido ou advocacia de risco, ela é feita em matéria cível e tributária. Na matéria penal não tem como fazer risco, porque o trabalho efetivo existe. Para a senhora entender, são 12 ações penais que há contra o Deputado Ronivon. Quando eu estou falando em ações aqui, algumas ainda são inquéritos. Isso implica em ouvir, pelo menos, 6 testemunhas em cada



processo, que significa alguma coisa em torno de 72 testemunhas de defesa e mais “ene” testemunhas de acusação. Inclui fazer defesa, fazer estudos, levar memorial. Essas audiências, como o Deputado tem prerrogativa de foro no Supremo, o Supremo não faz esses interrogatórios, ele manda para o Juiz Federal de Brasília, que tem uma pauta, que encaixa esses processos nessa pauta. Normalmente quando tem audiência, inclusive na primeira vez que o Presidente me convidou para vir, não pude vir porque estava exatamente com um processo na pauta na Justiça Federal que não tem como desmarcar. Então, em processo criminal não há risco. Alguns advogados fazem risco. Eu não faço porque, particularmente, eu não gosto de fazer ação penal. Eu fiz porque o Ronivon insistiu.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu queria que o senhor definisse — eu não entendi — *“deu até um resultado esdrúxulo em julho”*, não sei o quê. Não entendi isso.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Aqui foi o seguinte: o julgamento começou no final de junho de 2004. Um juiz pediu vista...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E esse processo era de quê?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Era a investigação, porque a Investigação Judicial Eleitoral nº 16 se transformou em 3 representações por compra de voto, que é o art. 41-A da Lei nº 9.504. Essas 3 foram a 139, a 140 e a 141. A 139 e a 140 foram arquivadas. E a 141 foi julgada procedente. Foi a que justificou a saída do Deputado agora, em final de dezembro. Então, o que aconteceu? Iniciou o julgamento. Foi um pedido de vista de um dos juízes. E aí entrou o recesso para os processos ordinários. Só poderiam ser julgados durante o mês de julho os processos referentes à eleição de 2004. Eu viajei para o exterior. Para minha surpresa, fui informado que no dia 20 de julho o processo havia sido julgado, num novo julgamento. Tinham trocado o juiz que tinha pedido vista. Compareceu um outro juiz e proferiu o voto. Quer dizer, houve renovação de julgamento e o advogado não foi chamado. Por isso que eu disse que o julgamento foi esdrúxulo e isso está manifestado no processo com todas as veemências a que eu tenho direito.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu só ia perguntar a questão dessa tal da reunião que o senhor falou que ocorreu em maio quando voltou do Acre...



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Nessa reunião não estava o Deputado José Janene.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Era isso que eu ia perguntar.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu só vim conhecer o Deputado José Janene foi quando houve a eleição aqui das Comissões e das Lideranças. Isso foi início de 2004 ou foi 2005? Acho que foi 2005. Vim acompanhar um processo de interesse do Conselho de Engenharia e quando terminou a reunião na Comissão de Fiscalização, o Ronivon me levou até a uma sala onde ele me apresentou o Deputado Janene. Mas foi logo quando ele foi... Ele estava para ser eleito Líder ainda, se não me falha a memória.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu ia perguntar exatamente isso: se o Janene estava presente.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Foi ali que eu conheci ele. Só conhecia de televisão, mas pessoalmente, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sim, muito obrigada. Ele estava ausente dessa reunião?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Estava ausente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) - Dando prosseguimento, com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidenta, caro Relator, ilustres membros do Conselho, Dr. Ferrão. Dr. Paulo eu ia fazer uma pergunta, mas o senhor já respondeu. Independentemente de a Dra. Ângela ter lhe formulado, eu ia lhe fazer a pergunta: de quantas ações o senhor é patrono do Deputado Ronivon Santiago?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Foram 36 e mais a do filho dele. Inclusive sobre a do filho dele é bom esclarecer. É uma das coisas que eu considero esdrúxula. Houve uma audiência no dia 18 de novembro de 2002 perante o Corregedor. Foram ouvidas as testemunhas de acusação, em número de 4. Estavam na sala mais 6 policiais federais que não chegaram a ser ouvidos. O juiz não conseguiu ouvir todo mundo e marcou audiência para continuar dia 20. Quer dizer, eu tive que estender a minha permanência em Rio Branco. No dia 19, as 4 testemunhas de acusação que depuseram a favor do Deputado Ronivon foram



presas pela Polícia Federal e, segundo 2 adolescentes que foram presas, elas foram coagidas a mudar o depoimento contra ele. Isso está declarado em juízo e assinado. E uma das testemunhas mudou a posição dela, quando, no depoimento, ela confessou também que tinha sido coagida pela Polícia Federal sob a ameaça de que o marido dela seria preso. Então, são essas coisas que aconteceram nesse processo que nós achamos muito estranho.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Desculpa, Sr. Relator, Deputado...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - E o filho dele foi preso em função de que teria coagido essas testemunhas lá na sala, lembrando que, na sala, tinha 6 policiais federais.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu não entendi essa questão: eram testemunhas de acusação dele?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - De acusação dele.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Dele.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - E na hora de depor, elas disseram que o Ronivon, ele tinha acertado contrato para contratar fiscais para o dia da eleição, e não para pagamento de voto, que é diferente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Espere um pouquinho. Então, essas testemunhas que o acusaram é que disseram que foram coagidas...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eram testemunhas de acusação, só que na hora de depor perante o juiz elas disseram que ele havia, na verdade, quando teve o contraditório, que ele, na verdade, havia feito promessa de pagar para ser cabo eleitoral no dia da eleição. Seria, vamos falar a linguagem certa, boca de urna, certo, e depois ele desistiu desse pagamento, pelo que se sabe. Posteriormente, só uma dessas testemunhas voltou e disse que tinha... que estava mudando o depoimento dela, porque o filho do Ronivon teria lhe coagido naquela tarde que ficou ali com 6 policiais federais.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas o senhor não acha em vez de esdrúxulo o processo, esdrúxulo elas mudarem de posição com a alegação de que foram coagidas?



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Olha, é muito comum: uma testemunha vai na Polícia ou vai no Ministério Público e conta uma versão. Depois, elas, quando chegam em juízo, elas vão ter que enfrentar o contraditório, e aí no contraditório é que a situação começa a mudar, porque você começa a fazer perguntas, você tem informações, e você começa a jogar a testemunha em contradição. Quando você joga ela em contradição, se ela estiver mentindo, ela acaba falando o leito da verdade.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - De novo, o senhor já antecipou a resposta da minha pergunta que eu iria lhe fazer. Aliás, no patrocínio dessa sequência de processos, o senhor deve ter se deslocado em algumas oportunidades, ou em diversas oportunidades, para o Acre...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - ...para participar das audiências quer na primeira instância, quer na segunda instância. E eu iria lhe fazer a pergunta se, na verdade, no decorrer do processo, o senhor percebeu se havia algum interesse do Partido dos Trabalhadores em criar alguma dificuldade ou até tentar afastar o Deputado Ronivon Santiago do exercício do mandato. Se isso, na verdade, o senhor percebeu com o decorrer da sua presença lá no momento em que o senhor iria para participar das audiências.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Bom, o que eu posso dizer é o seguinte: que, nos depoimentos...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Apesar de quando o senhor prestou informações aqui de que as ações não foram do PT contra o Deputado, mas sim do Ministério Público. Mas é provável que, em função daquilo que nós conversávamos e do que ouvimos aqui, até a imprensa publicando, se havia algum interesse, se o senhor percebeu alguma interferência, alguma interveniência do PT ou de membros do PT, lá do Acre, quanto à preservação ou não do mandato do Deputado Ronivon.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Como eu lhe disse, houve um momento em que... As testemunhas, quando se ouviu as testemunhas, dava para ver claramente que havia alguém por trás trabalhando essas testemunhas. Pelo menos, eu tive esse sentimento real com relação a 5 ou 6 testemunhas.



Posteriormente, lá no Estado, eu tive a oportunidade de ouvir várias vezes, e até de pessoas, vamos dizer assim, suspeitas, no sentido de que o PT tinha interesse real no afastamento do Ronivon Santiago, o PT do Acre, porque havia um acordo com o suplente que assumiria. Em princípio, havia uma discussão de que quem assumiria era a Deputada Zila Bezerra, porque, no entendimento do advogado dela e dela, os votos do Ronivon seriam nulos. Em sendo nulos, teria que fazer uma nova... um novo quociente eleitoral. E, neste caso, o Deputado seria a Deputada Zila Bezerra, que hoje é Prefeita de Cruzeiro do Sul. Então, havia essa discussão jurídica também. E a Zila, por um erro da assessoria dela em Rio Branco, quando o Deputado Chicão Brígido foi diplomado, o pessoal da Zila não recorreu do diploma. Foi publicado e eles não viram a publicação e passou batido. Agora, lá no Estado, o que a gente ouvia era que realmente havia um interesse muito grande de tirar o Ronivon, por parte do Governo local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Dr. Paulo, esses pagamentos pelos seus serviços advocatícios eram feitos em cheques, eram depósito na conta do seu escritório, eram em dinheiro?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O primeiro ou o segundo contrato?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em cada um deles.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O primeiro eu já disse que foi através de depósito em conta bancária. O segundo, com os valores de 300, que eu recebi líquido 300, 300 e 100, foram em espécie. O argumento que me disse o Dr. Valmor Giavarina era de que as contas do partido estavam bloqueadas em função de execuções e de um problema que havia com relação a uma ação de perdas e danos — se eu não me engano, é do interior de Minas. Foi esse o comentário, e que, por isso, o partido estava pagando em dinheiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando foi mesmo esse segundo pagamento em espécie?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O primeiro foi em 17 de setembro...



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quem assinava os cheques?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não era cheque, era espécie. Eu já recebia em espécie.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, não. No depósito, quem era o... quem fazia o depósito?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Ah, naqueles... Eu lhe sou sincero: eu não sei, porque era feito o depósito direto na conta, ou o meu pessoal buscava o cheque e depositava. Eu não...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso em 98?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, isso em 2003. Início de 2003, até maio, mais ou menos, de 2003.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí, esses em espécie, quando?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Esses em espécie, não; foram feitos diretamente para mim, em setembro, aqui, na sede do partido.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Entregue o dinheiro?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Em espécie.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O argumento é que o partido estava com as contas bloqueadas?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Com as contas bloqueadas e que havia um problema com o Fundo Partidário e havia um problema de umas execuções e, principalmente, essa eventual ação de danos morais ou perdas e danos que...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor declarou ao Deputado Carlos Sampaio, agora há pouco, que, no seu entendimento, esse dinheiro vinha do Fundo Partidário.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Mas eu achei que vinha do fundo partidário. Por que é que não?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ué, mas, se estava havendo problema com o partido e com o Fundo Partidário...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, estava... Havia um problema com relação às contas do partido. Isso não significa que o partido não saque o dinheiro. Tá? Nós, que mexemos... e eu milito em partido político, pertenci a



2 partidos políticos, hoje sou Vice- Presidente de um partido político que hoje enfrenta esse problema aqui no Distrito Federal. Nós temos as contas do partido bloqueadas para fazer pagamento de um dano moral a um candidato, que nós não temos nada com isso, na nossa gestão, e temos esse problema. Então, isso é comum em partido político. O partido, às vezes, está com a conta bloqueada, mas está movimentando em espécie.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor achou, portanto... Não lhe causou espécie o pagamento de somas vultosas em espécie?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não achei nada de anormal no momento, até porque era tudo documentado, “recibado”, recebeu na fonte do partido, entreguei o recibo, recebi o dinheiro. Só não gostei muito de transportar valores daqui até o meu escritório e, depois, em frente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor mencionou que tinha uma relação até de amizade, que foi criando laços de amizade com o Deputado Ronivon.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Sim, com certeza.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E pagando até o combustível do carro dele...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Naquela vez, lá em 98 ou 99.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A partir do momento em que ele está como Deputado, essa situação diminui, essa situação minora?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, não diminui, não. Não diminui nada, Deputado. Uma coisa é eu ser seu amigo, outra coisa é eu ser seu advogado. Se o senhor for à minha casa tomar um uísque comigo e me fazer uma consulta informal, eu lhe respondo com todo o prazer. Agora, se o senhor quiser que eu assine pelo senhor, o senhor vai acertar honorários comigo, sendo meu amigo, até porque eu não vou ter nenhum inimigo me procurando para contratar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor não entendeu o que eu perguntei. A situação do Deputado financeiramente, no exercício do mandato, mudou?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Acredito que sim, né, porque é...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas, ainda assim, não era ele que pagava, era o partido?



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Olha, inicialmente eu acertei com o Deputado Ronivon Santiago o primeiro contrato, e foi o partido que pagou. O segundo contrato foi feito, e ele me disse que era o partido, o Presidente do partido confirmou. Eu passei a cobrar do partido e, em algumas oportunidades, inclusive dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Presidente do partido nesse... é o Presidente Nacional?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Era o Presidente Nacional, o Deputado José Corrêa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já era o Deputado Pedro Corrêa?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Pedro Correia, né? Porque houve um problema, ele era Vice- Presidente, mas parece que estava exercendo a Presidência, num determinado... Eu não sei, porque eu não acompanho a vida do PP no dia- a- dia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele tinha ciência dos pagamentos em espécie nessa segunda fase?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não sei lhe dizer isso. Isso eu não posso lhe afirmar. Realmente eu não posso lhe afirmar isso, porque, como eu lhe disse, eu não tenho o hábito de ficar comentando: *"Ah, eu recebi os honorários e etc. Olha, não recebi ainda"*. Não faz parte do meu dia- a- dia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tá o.k. Obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Chico Alencar, se me permite, antes do próximo. Apenas para compreender melhor, Dr. Paulo. Ele lhe fez uma pergunta que realmente me causou estranheza. Uma coisa é um partido ter uma conta bloqueada para um determinado fim de pagar isso ou aquilo. Agora, a partir do momento em que ele estava com um problema no Fundo Partidário, não percebendo os valores a que fazia jus ou com suas contas bloqueadas, como ele poderia retirar 300 mil em espécie? Eu não entendi.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu não fui perguntar isso para eles. Veja bem.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É que o senhor disse que entende dessa questão partidária.



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - A explicação que o Dr. Valmor Giavarina me deu à época, sim, que ele me deu à época, foi numa conversa muito informal. O Valmor era meu amigo. Nós advogamos juntos na Justiça Eleitoral desde que atuo naquela Casa, em 1990, acho que eu comecei mais efetivamente no TSE. E foi uma conversa muito informal: *“Paulo, nós estamos pagando em dinheiro, saiu o dinheiro, mas nós temos uns problemas nas contas...”*, conversa assim, muito... Até porque eu lhe confesso que, na hora em que a gente vai receber, a gente não está muito preocupado, a gente quer pegar o dinheiro logo, porque se não, depois, vai levar mais um tempo para receber.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a nobre Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente. Dr. Paulo, as vezes que V.Sa. recebeu pagamento em espécie, todos foram, via de regra, no partido?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Foi na sede do partido.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Na sede do partido.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Duas vezes entregues pelo Dr. Valmor Giavarina e, no ano de 2004, no início, pelo funcionário Valmir Crepaldi.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Nenhuma vez o senhor recebeu do Sr. Barbosa?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. O Barbosa, eu o conheço. O Barbosa foi meu companheiro de PFL, era um contador aqui de Brasília, rapaz muito trabalhador. Eu tive um contato com ele sobre o recibo, que eu precisava de um recibo, de um comprovante da retenção na fonte. Foi o único contato que eu tive com o Barbosa sobre esse assunto.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O Barbosa foi só do recebimento dos recibos.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, quem recebeu... porque foi o seguinte, nas 2 vezes em que estava o Dr. Valmor, estava junto o Valmir Crepaldi, que é um funcionário; não estava o Barbosa, estava o Valmir Crepaldi. E na terceira vez estava só o Crepaldi, porque parece que o Valmor estava com problema de



saúde, ou estava viajando para o Paraná. O Valmor já não estava legal naquela época.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Dr. Paulo, só ratificando, em função de as perguntas já terem sido feitas, mas a título de registro: os contratos indicados por V.Sa. foram os únicos firmados com o Partido Progressista? Esse primeiro e esse segundo foram os únicos firmados com o Partido Progressista?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Que eu me recorde, sim. Acho que com o Partido Progressista, a nível nacional, foram os únicos.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Agora, pode ser que eu tenha com diretórios regionais, com diretórios municipais. E aí, realmente, eu não posso agora me lembrar. Realmente...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Mas recentemente, somente esses 2?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. Com o partido, a nível nacional, foi só esse.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - No primeiro contrato, V.Sa. recebeu 50 mil reais do PP?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Do PP, em várias parcelas.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Em várias parcelas. V.Sa. emitiu várias notas fiscais, mediante cada pagamento?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O mesmo procedimento aconteceu com relação ao pagamento feito ao Ronivon?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O.k. E, da mesma forma, no segundo contrato, foram parcelados, e emitiu vários recibos em nome do PP?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Na verdade, o segundo contrato havia um acordo de pagar em junho, julho, agosto e setembro. Eles não honraram. Aí, em setembro, fizeram o pagamento de 300 mil líquidos, que seria os 400 e poucos mil, e depois, novamente, mais uma parte de 300 mil.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Esse acordo foi firmado na Liderança, do qual participou o Deputado Pedro Corrêa?



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O pagamento desse acordo foi firmado com o Dr. Valmor Giavarina, porque eu perturbava mais o Valmor por uma questão muito prática. Toda terça e toda quinta, às 18h30min, tem TSE, e é hábito dos advogados que mexem na Justiça Eleitoral estar lá, a não ser quando está viajando. Então, como o pagamento estava em atraso, quando eu encontrava o Valmor, eu dizia: *“Valmor, e aí, como é que vai, rapaz? Eu preciso receber”*. Até brincava: *“E como é que eu vou tomar o uísque, se você não me paga?”* E aí ele brincava: *“Olha, está havendo um probleminha, não se preocupe, não, que a gente vai te pagar”*. Um negócio assim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O Deputado Pedro Corrêa sabia desse parcelamento, participou de alguma reunião nesse sentido?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Ele não participou da reunião, mas ele sabia, tanto que nós conversamos sobre isso. Ele recebeu uma carta minha, inclusive, sobre isso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Uma carta sua?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Logo depois que eu conversei com o Valmir, eu tomei o cuidado de tomar uma carta...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Valmir ou Valmor?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Valmor Giavarina. Falei Valmir? Por causa do Valmir Crepaldi, desculpa.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - No teor dessa carta, detalhava a forma de pagamento?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso, que tinha sido feita a conversa com ele, que na verdade era uma forma que eu tinha de um pré- contrato, porque a gente, quando faz o contrato, tem que tomar algumas seguranças, porque senão, depois, você resolve o problema e, às vezes, o cliente não te paga, principalmente se for muito amigo. Aí que o perigo é maior.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Deputada, a senhora me permite?

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu não sei se o Relator tem. Existe cópia dessa carta nos autos?



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Com certeza existe, porque eu entreguei para o Deputado Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Bom, eu não vi a cópia dessa... não sei se o advogado... Foi oferecida cópia aqui, ao Conselho? Ótimo. Eu não tinha visto.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Paulo Goyaz; digníssimo representante, Dr. Eduardo Ferrão, Srs. Conselheiros; Sras. Conselheiras. Sr. Relator, de repente, eu posso contrariar muitos pensamentos, mas eu sou muito simplista no julgamento de todas... se não todas, a grande maioria dessas representações. Há uma preocupação muito grande em se saber qual foi a destinação do dinheiro. Quando eu volto ao local do crime, o senhor é promotor, o senhor bem o sabe, aonde se deu o crime, o local do crime, ele tem que ser levantado e preservado. E é lá, na origem, que se faz o enquadramento e a tipificação do crime.

Estou dizendo isso para afirmar que, na maioria desses casos, existem, com certeza, duas digitais absolutamente inconfundíveis que foram levantadas no local do crime, que são as digitais de Marcos Valério e Delúbio. Quem me contradiz? Marcos Valério passa para Delúbio, e Delúbio passa para o outro, para o outro e para o outro. É o meio de campo: Marcos Valério e Delúbio.

Então, se não irrelevante, eu não acho muito importante o que se fez com o dinheiro, que teve uma origem não sabida, ignorada, desconhecida, e por que não criminosa? É o que está sendo apurado.

Pergunto, Deputado Orlando Fantazzini. Se num desses processos chegássemos à conclusão: não, esse dinheiro realmente recebeu, era caixa 2, sabia, foi do Marcos Valério para o Delúbio, o Deputado entregou para uma instituição de caridade ou deu para um asilo. Parabéns! Muito bem intencionado, mas isso não exime de crime.



Então, voltando ao fato, feitas todas essas considerações, com certeza, eu vou fazer uma pergunta ao Dr. Paulo Goyaz — e se essa pergunta já estiver respondida, Sr. Relator, o senhor, Dr. Paulo também, a desconsidere:

A origem do dinheiro nós já sabemos. O PP afirma que realmente recebeu e sacou esse numerário para pagar os honorários advocatícios do Dr. Paulo Goyaz. Então, é absolutamente irrelevante o número da ação, se é criminal, civil, contenciosa ou não, se houve ou não houve acordo. O senhor foi contratado para defender um Deputado filiado ao PP, no caso em tela o Ronivon Santiago — que, por sinal, é meu xará. Qual é o nome dele, Doutor?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - José Edimar Ronivon Santiago de Melo.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - José Edimar, tudo bem. No caso em tela, o senhor era o procurador do Ronivon.

Então, Dr. Paulo Goyaz, eu lhe pergunto: a partir desse vínculo, desse compromisso, desse contrato de trabalho verbal ou por escrito, independentemente de ser ação cível ou criminal, o senhor tem condições de oferecer um cronograma de recebimento desse dinheiro, notas fiscais, as quantias e o total? Seria só essa a minha pergunta.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Do primeiro contrato, eu só não forneço agora porque eu não....

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Independentemente de justificá-la. Para que foi, por que foi o montante que o senhor recebeu comprovado? Seria essa a pergunta, Sr. Relator. Talvez o senhor já tenha todos esses dados. Um cronograma desde o primeiro pagamento: 121.25, mais o outro, o outro.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Mas desses 3 pagamentos grandes, que seria o dinheiro de origem, segundo a mídia, de procedência do Marcos Valério, esses já estão os comprovantes nos autos. O que não tem aí, talvez, não sei se o Pedro Corrêa pegou na contabilidade do partido, são as notas fiscais da primeira parte do primeiro contrato. Disso eu não sei, porque eu não conheço o processo.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu pergunto ao Dr. Eduardo Ferrão se deseja fazer alguma pergunta.

O SR. EDUARDO FERRÃO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. EDUARDO FERRÃO - Excelência, o eminente Relator fez uma ponderação de que o Deputado Pedro Corrêa teria afirmado que teria o partido realizado pagamentos ao Dr. Paulo Goyaz no valor de 900 mil reais. O Dr. Paulo Goyaz afirmou que teria recebido bruto 960. A pergunta que se faz ao depoente é no sentido de que ele esclareça se o Deputado Pedro Corrêa participou de algum dos pagamentos diretamente, ou estava presente em alguma das situações em que ele recebeu as importâncias na sede do partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, pode responder.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. Em nenhuma oportunidade o Deputado Pedro Corrêa estava presente.

O SR. EDUARDO FERRÃO - Mais outra, Excelência. Se em algum momento o Deputado Pedro Corrêa entrou em detalhamento com o depoente para saber quanto havia recebido em cada oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, Doutor.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. Agora, eu acredito, só para ressaltar, que o Deputado Pedro Corrêa pode ter feito confusão, porque o contrato traz em cima 900 mil, depois estabelece quais as ações e o que seria cobrado a mais. E aí talvez pode ser a confusão que o Deputado tenha feito. Eu não sei, eu não conheço o depoimento dele, mas em princípio eu acho que é isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dr. Ferrão, se V.Exa. me permite. Na verdade, quando se coloca que o Deputado Pedro Corrêa não teria participado ativamente das tratativas, num dado momento hoje de seu depoimento, o senhor disse textualmente que a partir desse primeiro contrato é que o senhor passou a ter um contato direto com o Deputado Pedro Corrêa, e a partir daí firmou-se o acordo dos 900 mil sobre as ações, pela figura do Deputado Pedro Corrêa.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. Veja bem, o que disse foi muito claro no seguinte sentido: O Deputado Pedro Corrêa eu conheço desde 1979, na primeira Legislatura dele, quando ele era Deputado de primeira Legislatura,



médico de Pernambuco, e eu era assessor parlamentar do Ministro da Previdência. Naquele período, tanto ele como o Deputado Inocêncio Oliveira eram o que nós chamávamos de Deputados chatos, porque estavam todos os dias lá fazendo pedidos para nós, de coisas para a base. Essa é uma linguagem lá de quem trabalhava na administração; traduzindo em miúdos, era um Deputado atuante. Então, eu o conheço há muitos anos. Agora, com relação a esse assunto, nós tivemos um contato em janeiro de 2003, um contato rápido sobre esse assunto, que foi o primeiro contrato, e tivemos depois, assim que foi formal, discutido, que eu tinha um contrato como Ronivon, que eu queria receber etc., foi quanto nós tivemos aquela reunião lá na Liderança.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Daí foi como... com a presença....

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Isso. Mas naquele dia não tratamos de valores, de fixar valores. Eu expus o que estava ocorrendo e disse que tinha um contrato com o Deputado Ronivon e que eu queria receber, porque o Ronivon praticamente estava parando o meu escritório.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dr. Paulo, se me permite, se o assunto em pauta era a defesa do Deputado Ronivon, o fato de o senhor não estar recebendo, o fato das dificuldades de pagamento, como é que não se conversou sobre valores? Aliás, eu imagino que na reunião a pauta deveria ser tão- somente valores, no sentido de que o PP assume e vai pagar tanto. Senão, não teria sentido a reunião.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Quando eu conversei, eu já tinha um contrato assinado pelo Deputado Ronivon Santiago. Cabia a mim pressionar o Deputado Ronivon Santiago, como de fato pressionei o tempo todo. Teve um determinado momento em que eu estava renunciando às procurações, exatamente porque eu não estava recebendo. Agora eu não tenho... É preciso... Aqui deve ter um ou... Da Comissão, acho que tem o Deputado Júlio...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Veja, minha colocação foi outra, Dr. Paulo. Tão- somente o seguinte: a minha colocação foi que o senhor disse agora que em momento algum dessa reunião se tratou de valores. Eu não vejo uma razão para uma reunião com a Executiva do PP, senão para tratar de valores.



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu não disse que era com a Executiva, disse que foi uma reunião na Liderança...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Que seja... Com o Deputado Pedro Corrêa e esses outros 3...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - ... com o Deputado Pedro Corrêa e com o Deputado Mário Negromonte, se não me falha a memória, e mais 2 que não conheço.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Lá eu fui expor o que estava ocorrendo com o processo do Ronivon. Já havia, naquela época, a tendência de que o Ronivon poderia ser cassado a qualquer momento. Então, a pedido dele, eu fui mostrar o que estava acontecendo no Acre em relação ao processo e em relação às situações.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E aí foi quando o PP assumiu o compromisso de pagá-lo?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. Não foi lá que ele assumiu o compromisso de pagar, eu não disse isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foi em que momento?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Teve...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor disse hoje que foi através do Deputado Pedro Corrêa.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não, calma. Foi o Deputado Pedro Corrêa... Eu tive um contato com o Deputado Pedro Corrêa, aí o Deputado Pedro Corrêa me disse: *"Paulo, trata este assunto com o Valmor, porque ele já está orientado"*. A conversa básica foi essa. Isso foi em final de maio de 2003.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - *"Trata com o Dr. Valmor"*... ele, como Presidente do partido...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - *"Trate com o Dr. Valmor"*, o que não é nada de anormal. Ele era o advogado do partido, e é muito comum.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Entendo. Mas é anormal o Presidente do partido não saber quanto iria ser pago.



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Ah, isso eu não sei. Não é isso. É comum...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - *“Trate como Dr. Valmor, o valor para mim não importa.”* Ele era o Presidente do partido.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Espere um pouco. É comum... Eu advogo mais para empresas. Nas empresas, o senhor trata de fazer uma defesa, a empresa manda o senhor conversar com o Departamento Jurídico, porque sempre no Departamento Jurídico eles conseguem fazer melhores negócios do que o próprio cliente diretamente. Então, isso para nós é procedimento normal. Isso não é nada de absurdo, não é nada de anormal.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A mim me parece absurdo e anormal que um Presidente de partido diga para o senhor...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu não sei. O senhor vem da iniciativa privada, ou de área pública?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu sou há 19 anos Promotor de Justiça.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Promotor de Justiça. Então, o senhor é da área pública e não está acostumado com esse dia- a- dia das tratativas da vida de advogado, que é uma vida difícil, viu?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Família forense, advogados, promotores, juízes; somos todos.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Sim, é muito difícil, todos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Conheço muito bem.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Mas nossa situação é um pouco diferente, porque nós temos que ter receita no fim do mês; nós temos que nos preocupar com ela, enquanto quem está em função pública no final do mês tem um salário garantido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Prestou um concurso público para isso.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Claro. Não estou criticando, muito pelo contrário.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Relator, V.Exa. me permite só um...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu só queria ouvir agora do depoente se ele mantém o que ele já disse. E se for necessário, inclusive, que a gente pegue as notas taquigráficas. Porque, quando eu fiz o questionamento, ele garantiu que ele ficou tranqüilo que receberia, porque o Deputado Pedro Corrêa havia firmado o compromisso e deu a palavra. O senhor mantém, ou não?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Claro, com certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, eu queria fazer uma observação aqui de natureza pessoal. Ainda bem que eu não cultivo o pecado da inveja, mas eu não conheço partido aqui na Casa — isso não tem nada a ver com o exercício da profissão do ilustre depoente, Dr. Paulo Goyaz —, não vi ainda um Deputado que valesse 900 mil reais aqui nesta Casa. E o PP, de certa forma, demonstrou ser perdulário nessa questão, porque arrancar a quota do Fundo Partidário para pagamento até do filho do Deputado, na realidade constrange a todos nós que temos o hábito de cultivar, com muita nobreza, a nossa indigência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, eu tive a honra de conhecer o Dr. Paulo Goyaz hoje e sei da sua competência e da sua seriedade, mas eu gostaria apenas de fazer uma ponderação. Isso não lhe dá o direito de fazer juízo de valor acerca do nosso Relator, Deputado Carlos Sampaio, se está mais ou menos familiarizado com isso ou com aquilo, se conhece mais ou menos isso ou aquilo. E o Deputado Carlos Sampaio, mercê da sua paciência e educação, com certeza se conteve. Sei que foi um ato impensado, Dr. Paulo. Permita-me essa ponderação.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu queria até esclarecer. Eu não tive, em momento algum...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Não compete ao senhor emitir juízo de valor acerca do Relator.



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu peço desculpas ao Relator, porque não foi esse o objetivo. É que existem 2 tipos de profissionais do Direito: aquele que é funcionário público, fez concurso público, é prestador de serviço ou seja lá o que for, e o advogado que milita na iniciativa privada. Para nós que militamos na iniciativa privada é muito comum o procedimento que ocorreu aqui, diferentemente da área pública — eu advogo também para alguns órgãos públicos. Então, é por isso que às vezes a gente tem que saber a origem da pessoa. Porque se eu milito na área pública, eu tenho um tipo de procedimento, um tipo de vida; se eu milito na área privada, eu tenho outro tipo de procedimento e de vida. Em momento algum foi crítica. Se pareceu isso, eu peço desculpas, porque realmente a função do promotor, ele entra por concurso público e ele representa os interesses do Estado e da sociedade. E tem um papel a cumprir, e ele é digno para todos nós. E nós, advogados, defendemos os interesses dos nossos clientes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Apenas para destacar, contribuindo com a nossa reflexão, porque aqui não é só pergunta e resposta, é a formulação de um conceito. Nós vivemos, Dr. Paulo Goyaz, não só por ser um cidadão, como também por ter, como declarado aqui, militância partidária, uma profunda crise política que atinge a alma das organizações partidárias. Então, embora os partidos tenham toda uma organização própria, particular, e até instituições públicas de Direito Privado, pode-se considerar, seria bom que, a partir desse esforço que estamos fazendo para relegitimar as instituições políticas, essas facilidades que às vezes o esquema público burocrático impede, da remuneração, de altas somas em espécie, comessem a acabar. Eu não entendo, por mais que... O senhor mencionou. Falo isso a partir dessa sua conceituação: quem está na vida privada entende que o importante é ter o dinheiro no fim do mês, pelo trabalho exercido, e que a origem dele não importa tanto. No caso da vida político- partidária, importa, sim. E a grande crise que abate todas as instituições partidárias hoje — talvez com exceção das novas, por enquanto — é exatamente a falta de fronteira entre o público e o privado, entre o interesse particular. Nós ficamos autorizados a dizer que, se o PP estava com as contas bloqueadas, com o Fundo Partidário fechado,



esse dinheiro pode ter vindo de qualquer lugar, dos mais ilícitos. Então, isso é uma doença na vida política brasileira.

Por isso, nós estamos indagando, perguntando, e por isso causa espécie, sim, essas altas somas em espécie para uma defesa legítima de causas corretas. Mas, ainda assim, esse procedimento lateral... E o Presidente do partido é sempre o responsável em última instância, e ele diz aqui, na própria defesa, que obviamente aquiesceu — creio que o verbo é exatamente esse, o Deputado Josias me socorre. *“Informado dos valores encaminhados, inclusive, pelo PT”* — essa origem os senhor desconhece —, *“o representado aquiesceu com sua conduta.”* Quer dizer, há elementos aí preocupantes, no mínimo.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Só para aproveitar o contexto: que o Dr. Paulo pudesse precisar a este Conselho em que momento justificou a elaboração da carta, detalhando a forma de pagamento, como V.Sa. colocou. Seria o pré- contrato, detalhando, por intermédio dessa carta, a forma de pagamento ao Presidente do PP, no caso o Deputado Pedro Corrêa.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Foi na segunda quinzena de maio de 2003. A carta explicava o que eu tinha acertado com o Ronivon, porque o Ronivon tinha me dito: *“Olha, o partido vai pagar”*. Por uma questão de precaução, eu mandei uma carta para o partido pedindo que ele me confirmasse.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, a carta foi antes da reunião?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Hã?

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - A carta foi antes da reunião...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Ah, com certeza, foi antes dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Falando em carta, eu gostaria que V.Sa. pudesse mandar uma cópia, porque não foi encontrada na Secretaria e no processo.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não foi encontrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já foi entregue.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, o senhor me permite mais uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, lógico.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O ilustre Dr. Paulo Goyaz disse que mandou a carta dizendo das tratativas. Houve uma resposta?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Direta. Pessoalmente, houve uma ligação do Deputado Pedro Corrêa, por isso que foi... Isso foi na segunda quinzena... porque a carta está datada do dia 16; mas, às vezes, posso cometer equívocos, porque, como eu viajo muito, às vezes, eu preparo uma correspondência, viajo e assino 2, 3, 4 dias depois. Ela foi mandada por *fax* e, posteriormente, o Deputado Pedro Corrêa me ligou e disse: *“Paulo, não se preocupe, porque nós estamos acertando esse assunto”*. Numa segunda oportunidade, foi quando ele disse: *“Olha, você vai tratar esse assunto com o Valmor Giavarina”*. Isso, contatos telefônicos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, não havendo mais nenhum Deputado inscrito, eu quero agradecer a presença de todos e convocá-los... Antes, porém, gostaria de saber se o advogado do representado tem mais alguma pergunta a fazer. *(Pausa.)* Nenhuma. Sr. Relator. *(Pausa.)* Também não.

Então, convoco V.Exas. para amanhã, às 15h, para a oitiva dos Srs. Nilmário Miranda e Dom Lelis Lara, testemunhas arroladas pelo Deputado João Magno, representado no Processo nº 8, de 2005, e o Relator é o nobre Deputado Jairo Carneiro.

Está encerrada a sessão.